

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 002

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Boa-tarde a todos!

Primeiramente, quero agradecer a presença de todos.

Convido, para compor a Mesa, o Deputado Humberto Bosaipo, autor desta Audiência Pública, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 452/04, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS na hipótese que especifica e também a política de preço de combustível em Mato Grosso.

Esse projeto vai ser bem exposto e explanado pelo autor, Deputado Humberto Bosaipo.

Convido também para compor a Mesa: o Deputado Pedro Satélite, o Secretário de Estado de Fazenda, Waldir Júlio Teis e o Vereador Helny de Paula, que ora representa a Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Vereadora Chica Nunes.

Quero agradecer a presença do Sr. Euclides João Moschini, proprietário do Posto Santa Helena; do Sr. Waldir Pereira de Castro, proprietário do Posto Ipê; do Sr. Edgar Carlos Giroto, representando o Sindicato do Petróleo; do Sr. Carlos Simarelli, representando o Posto Simarelli; do Sr. Paulo Roberto Passos, representando outro Posto Simarelli; do Sr. Ademir José Marques Moraes, Posto Rio Cuiabá; do Sr. Ney dos Santos; do Sr. Sílvio César Pereira, Vice-Presidente do SINDALCON - Sindicato das Industrias Sucroalcooleiras do Estado de Mato Grosso; da Sr^a Caroline Guimarães, assistente de venda de distribuidora de combustível; do Sr. Valdir Severino da Silva; do Sr. Décio Alves Ferreira, assistente técnico da Secretária de Indústria, Comércio Minas e Energia; da Sr^a Rosarinha Bastos, representando a Vice-Prefeita de Cuiabá, Jacy Proença; do Sr. João de Campos Palma, assessor do MTU; do Sr. Gilberto Chessini, contador; do Sr. Hudson André, proprietário do Posto Til; da Sr^a Marina de Lurdes, gerente de promoção da igualdade racial; do Sr. Mauro César do Santos, Secretário Executivo do SINDIPETRÓLEO.

Quero agradecer a presença do Sr. Dario, do Posto Assembléia.

Convido, para compor a Mesa, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

Dando abertura aos trabalhos, quero parabenizar o autor do projeto, que ora está em discussão, Deputado Humberto Bosaipo. Com certeza, em cima de várias denúncias feitas e cobrança a esta instituição, tenho certeza de que é um dos motivos que motivou o Deputado Humberto Bosaipo na elaboração deste projeto.

Nesta Casa, no passado, nós tivemos a CPI do Combustível. Após o término dessa CPI, em cima do relatório elaborado, várias punições foram feitas.

Aqui quero parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo que também solicita esta Audiência Pública com a finalidade de discutir este projeto e evitar vários abusos que ainda são cometidos por aquelas empresas que não trabalham dentro da legalidade, que, certamente, causa um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

prejuízo muito grande para aqueles que trabalham cumprindo a legislação, no comércio varejista principalmente.

Eu quero passar a palavra para o autor do projeto, Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Cumprimento a Mesa nas pessoas do nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa, e também do Secretário de Fazenda, Waldir Teis, nosso amigo; os Deputados Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; nosso breve companheiro de Parlamento, Helny de Paula, que neste ato representa a Câmara Municipal de Cuiabá; todos os empresários, representantes classistas; senhora e senhores.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a presença de todos aqui.

Apresentamos este projeto no Plenário da Assembléia Legislativa, fruto de uma procura muito intensa de parte da população cuiabana, mato-grossense, várzea-grandense, pedindo que fizéssemos uma lei coibindo a questão do combustível adulterado.

É praxe desta Casa, principalmente deste Parlamentar, não apresentar nenhuma lei sem discutir com as partes interessadas, ouvir sugestões e ouvir opiniões. Outros projetos que apresentei, eu até tirei da pauta depois que fiz audiência pública, porque o entendimento era um e quando as partes interessadas vieram aqui discutir, nós achamos, muitas vezes, melhor retirar o projeto. Então, eu trouxe este projeto à tona, nós já tínhamos agendado há mais de um mês esta Audiência Pública.

Eu quero aqui fazer um registro, Sr. Presidente, lamentar profundamente a forma como o Ministério Público está fazendo com as empresas. Eu acho que é um desrespeito a forma com que o Ministério Público invadiu as empresas mato-grossenses que geram emprego. Nós defendemos uma ação enérgica do Ministério Público, mas não precisa abusar como alguns delegados de polícia, alguns escritãs acabam abusando numa ação como foi feita aqui na última semana. Defendo as empresas que vendem combustível sem adulteração, que é a grande maioria do nosso Estado.

Lamentavelmente, algumas empresas estão indo embora de Mato Grosso, Deputado Silval Barbosa, Secretário Waldir Teis. Recentemente eu soube que a ESSO do Brasil saiu do Estado. Se confirmada uma notícia dessa, é muito ruim! Quais são os motivos dessa saída? Nós temos que estar avaliando. Por que os aviões não estão abastecendo mais no Estado de Mato Grosso? E o Estado sofre prejuízo com a não-venda da comercialização.

Então, esse tema eu gostaria de colocar em aberto, vou pedir ajuda do *datashow*.

O Projeto: dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, na hipótese que especifica, bem como a política de preço praticado no Estado de Mato Grosso.

E quero ressaltar que o Secretário de Fazenda, desde o primeiro momento que eu falei para ele do Projeto, ele me deu ampla cobertura, dialogamos por duas vezes.

Agradeço a presença de Vossa Excelência, Secretário, e sei que a agenda de Vossa Excelência é muito pesada, num momento de crise no Estado, onde a questão dos produtores está em pauta, mas eu recebi da parte de Vossa Excelência o incentivo de tocar esta Audiência Pública e agradeço a presença de Vossa Excelência aqui.

Podemos passar.

Combustível adulterado: eu vou fazer uma reprise rápida, porque quem é do ramo entende bem, mas há outras pessoas que estão aqui, inclusive estudantes, pessoas interessadas que querem tratar do assunto.

Alguns estabelecimentos costumam recorrer a misturas ilegais, que inclui adição de álcool, além do permitido, na gasolina, solvente químico industriais, etc. Seja qual for a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

adulteração, ela traz alterações no desempenho do veículo e sérios prejuízos ao funcionamento da vida útil do motor.

Eu acho que qualquer criança, hoje, sabe que, se houver uma mistura, ocorre isso aí.

“Nós temos uma legislação básica já tratando do assunto, que é a Lei Federal nº 9.847, de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

Uma Portaria de 05 de julho de 2000, que regulamenta o exercício das atividades de revenda varejistas de combustível de automotivos, e a 248, que estabelece regras para o controle de qualidade do combustível automotivo.”

Esta é a Legislação que nós temos, ainda é Medida Provisória, além dessa Lei.

Eu vou falar um pouco sobre essa questão do combustível e a tecnologia: “É desenvolvido especificamente para as características do motor a explosão, visando fornecer a maior potência com o menor peso possível. Na Fórmula 1, um *pit stop* extra pode fazer a diferença entre a vitória e a derrota.”

É o que nós assistimos na Fórmula 1, quando dá aquele famoso *pit stop*, aquela parada para troca de pneu e abastecimento.

“Portanto, é preciso desenvolver um combustível que proporcione maior economia. São justamente essas as características buscadas pelos motoristas em geral. A experiência na Fórmula 1 ajuda a desenvolver o combustível que nós queremos no futuro.

Combustíveis são todas as substâncias que, em determinadas condições de temperatura e pressão, podem se queimar, combinando-se com o oxigênio e gerando calor. Nos motores de combustão interna o oxigênio provém do ar atmosférico e o combustível pode ser líquido ou gasoso. Os combustíveis, líquidos ou gasosos, que se misturam finamente com ar são chamados carburantes. Os carburantes usados em veículos são: gasolina, álcool metílico ou etílico e gás liquefeito de petróleo. A qualidade dos combustíveis é determinada pela sua octanagem, que vem a ser a sua resistência a compressão. Quanto maior a resistência do combustível à compressão, melhor é seu índice de octanas, o álcool tem seu índice de octanas bem superior à gasolina.”

São dados técnicos que nós vamos aqui na frente precisar, é um entendimento rápido, uma passagem rápida sobre combustível. Apenas para ilustrar, Sr. Presidente, a nossa audiência pública e aproveitar para dar essas informações tecnológicas.

A gasolina possui um componente chamado heptano que tem uma baixa resistência a compressão e os isoctanos, que tem uma grande resistência a compressão. Portanto, quando se diz que a gasolina tem 80 octanos, queremos dizer que ela se comporta em relação detonação por compressão da mesma forma que uma gasolina tivesse 80% de isoctano e 20% de heptano em sua composição. O índice de octano foi convencionado como igual a 100 para os isoctano e 0 para os heptano.

A gasolina comercializada no Brasil pode chegar próxima de 24% a 26% de álcool em sua composição. Esse é um dado importante. Assim, a gasolina Brasileira é a única que possui um teor de álcool elevado. Por isso que os veículos importados que aqui chegam devem passar por um processo chamado de tropicalização, que nada mais é do que adequar o motor às condições de uso de acordo com o nosso combustível.

De acordo com as normas da Agência Nacional de Petróleo, o ponto final de ebulição da gasolina deve ser de 220 graus. Ultrapassar esse limite mostra que há algum produto pesado, como querosene e outros produtos químicos, adulterando o combustível.

O índice antidetonante - IAD, a ANP estabelece que o valor mínimo é de 86 octanas. Quanto menor ele for mais o motor bate pino, perde potência por fazer a combustão da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

gasolina na hora errada. É o que a gente fala quando o motor está fora do ponto. O senhor que já foi mecânico naquele posto de gasolina de Matupá, no tempo dos garimpos.

Gasolina adulterada é a que contem mais de 26% de álcool do permitido. Entre os índices de adulteração figuram o querosene e solventes. Com gasolina estragada, várias peças vão sofrer com a mistura. Sujeira no tange, o álcool em excesso e o solvente corroem as partes internas e sujam ainda mais a gasolina. A mistura cria uma goma que se deposita no fundo e causa entupimento nos bicos injetores, fogo nas mangueiras. A ação dissolvente pode rachá-las e ocasionar vazamento. Uma simples faísca do escapamento em atrito com o asfalto pode causar um incêndio.

- No bico injetor - A deposição de goma e resíduos desregulam o seu funcionamento, o consumo aumenta e o carro morre a todo instante.

- Sem partida - O combustível adulterado não queima totalmente. As sobras viram uma fuligem que se acumula sobre válvulas, velas e câmara de combustão, dificultando a partida”.

A imprensa estava querendo saber o que o combustível adulterado faz. Então, nós fizemos esse trabalho para mostrar essas causas.

“Os sintomas do mal combustível:

- O consumo aumenta de repente e sem motivo. A performance do motor piora, sobretudo nas subidas. Fica difícil dar a partida pela manhã. Fica batendo pino (a combustão acontece no momento errado).”

Esses são alguns sintomas, Sr. Presidente, que ocasiona o combustível adulterado.

E esse, senhoras e senhores, é o elenco das principais reclamações que chegam aqui na Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa, que chega através de correspondência aos Srs. Parlamentares. Pessoas que adquirem um carro na concessionária, carro 0km, carro novo, mas que, de repente, com os abastecimentos, começa a apresentar toda essa problemática que nós acabamos de elencar.

“Política de Preços...”

Antes de falar da política de preços, de mostrar algumas tabelas, eu gostaria de falar um pouquinho do que existe de legislação e sobre o projeto.

Do art. 1º já falamos, que é a cassação como contribuinte.

“Art. 2º A desconformidade referida no art. 1º será apurada na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda...” Aí, a Secretaria de Fazenda vai ter um papel importante na apuração disso. “...e comprovado por meio de laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.”

Creio que o Secretário de Fazenda vai falar sobre isso e sobre as formas com as quais a Secretaria de Fazenda pode apurar um caso como esse.

“Art. 3º A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, inabilita...” Aí vem a punição. “...o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”.

Apesar de ser um artigo punitivo, creio que premia os bons empreendedores, os bons empresários.

Em síntese, esse é o projeto, Sr. Presidente, que eu quero apresentar nesta audiência pública e quero ouvir a opinião das pessoas interessadas em sugerir, em nos colocar alguns dados, dificuldades, enfim, enriquecer esse projeto.

Nós temos aí uma tabela, que é um levantamento de preços de combustíveis dentro de Mato Grosso - vou tentar encontrar aqui para facilitar -, para mostrar aos senhores, mais ou menos, como está isso no âmbito de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Em Alta Floresta nós pesquisamos 10 postos de combustíveis, em Cáceres 12, em Cuiabá 59, em Rondonópolis 42, em Santo Antônio do Leverger 02, em Sinop 17, em Sorriso 08 e em Várzea Grande 49 postos e elaboramos a seguinte tabela: o preço médio em Alta Floresta é de R\$2,939 por litro de gasolina - R\$2,939, Secretário -; em Cáceres...

Eu gostaria de chamar o Sr. Cavalcante para compor a Mesa.

Continuando, em Cáceres, o preço da gasolina, a média da pesquisa é de R\$2,738; em Cuiabá, R\$2,674; em Rondonópolis, R\$2,714; em Santo Antônio do Leverger, R\$2,555; em Sinop, R\$2,778; em Sorriso, R\$2,919; e em Várzea Grande, R\$2,659.

Aqui há uma curiosidade.

Sorriso que fica apenas a cem quilômetros de Sinop, tem uma diferença brutal, enquanto Sinop está operando com R\$2,778; Sorriso está operando com R\$2,919. De Cuiabá também chamo a atenção, porque opera com R\$2,674, enquanto Santo Antônio do Leverger a vinte poucos quilômetros com R\$2,555. Rondonópolis está, inclusive, mais próxima dos centros de abastecimentos, R\$2,714.

Alta Floresta, nos dez postos pesquisados, tivemos um preço de R\$2,008...

Gostaria de convidar o Prefeito de General Carneiro e a todos vocês que estão em pé para se sentarem.

Cáceres, em doze postos pesquisados, R\$1,792; Cuiabá, em cinquenta e oito postos pesquisados, R\$1,750; Rondonópolis, em quarenta e dois postos pesquisados, R\$1,743; Santo Antônio do Leverger, R\$1,585; Sinop, R\$1,812; Sorriso, R\$1,913 e Várzea Grande, R\$1,752.

Óleo Diesel: em Alta Floresta, a média do preço é de R\$2,117; em Cáceres, R\$1,893; Cuiabá, R\$1,875; Rondonópolis, R\$1,910; Santo Antônio do Leverger, R\$1,865; Sinop, R\$2,009; Sorriso, R\$2,020; Várzea Grande, R\$1,087.

Há um desvio de padrão em Alta Floresta, R\$0,013; Cáceres, R\$0,031; Cuiabá, R\$0,021; Rondonópolis, R\$0,034; Santo Antônio do Leverger, R\$0,007; Sinop, R\$0,059; Sorriso, R\$0,053; Várzea Grande, R\$0,039.

Tem outros dados aqui da tabela, apenas para mostrar em que fase nós vendemos esse combustível no interior do Estado. Nós pesquisamos também o preço médio da gasolina ao consumidor, por Capital no País, no período de 20/02/05 a 26/02/05.

O preço médio da gasolina por litro em Cuiabá - 2,674. Eu acho que essa tabela não é a mesma que eu tenho aqui. Eu estou com uma mais atualizada. Mas vamos nessa tabela.

O preço médio da gasolina por litro em Rio Branco, R\$2,618; Maceió, R\$2,478; Macapá, R\$2,373; Manaus, R\$2,502; Salvador, R\$2,325; Fortaleza, R\$2,187; Brasília, R\$2,298; Vitória, R\$2,248; Goiânia, R\$2,294; São Luís, R\$2,282; Cuiabá, R\$2,674; Campo Grande, R\$2,525; Belo Horizonte, R\$2,107; Belém, R\$2,351; Curitiba, R\$2,072; João Pessoa, R\$2,366; Recife, R\$2,200; Teresina, R\$2,433; Rio de Janeiro, R\$2,260; Natal, R\$2,211; Porto Alegre, R\$2,388; Porto Velho, R\$2,464; Boa Vista, R\$2,360; Florianópolis, R\$2,462; São Paulo, R\$2,186; Aracaju, R\$2,275; Palmas, R\$2,454. Isso é apenas para um breve comparativo de preços por capital.

Diante dessa realidade, senhoras e senhores, nós gostaríamos de ouvir de diversos segmentos quais são os fatores que determinam os atuais preços de combustível no Estado de Mato Grosso, como eu já disse, opinião sobre o projeto que estamos apresentando.

Antes de passarmos a palavra, aos participantes, queremos inicialmente fazer algumas reivindicações ao Secretário de Fazenda, Dr. Waldir Teis, que nos honra com sua presença.

Primeiro, estabelecimento da pauta por região, os altos preços praticados em alguns municípios, puxa a pauta para cima, principalmente Cuiabá, Secretário. Então, primeiro, quero pedir estabelecimento dessa pauta por região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Segundo, a redução da alíquota do combustível para aviação agrícola, que também é objeto de um projeto nosso. Nós não podemos ignorar o papel fundamental da aviação agrícola para a safra, porque muitos deixaram de combater as pragas de lavoura pelo alto custo do combate através de avião.

Por último, Sr. Secretário, a redução da alíquota do combustível para aviação comercial. Como eu disse, muitas empresas deixam de abastecer em Cuiabá, pelo alto preço do combustível.

Eu agradeço a participação, vamos agora abrir os debates. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos agradecer também a presença do ilustre Dr. Roberto Cavalcanti Batista, representando, neste ato, o Sr. Fernandes, Presidente do SINDIPETRÓLEO, que também é um dos palestrantes.

Agradeço a presença do Sr. Luiz Mário, assessor sindical, representando a FECOMÉRCIO; Sr. Adauto Muniz, Gerente Comercial da Rede Vat de Várzea Grande; Sr. Deomar Hiperdelino, Diretor da Rondon Aviação Agrícola; o ex-Deputado Estadual e Federal Amador Tut; Sr. Valtemir Luiz Pereira, Vereador de Cuiabá; Sr. Ademir Lebrein, proprietário do Autoposto Rei; Sr. José Joel, Diretor da Empresa Real Norte; Sr. Ivo Vinícius, Chefe de Núcleo do Controle e Fiscalização do PROCON; Sr. Amir Ben Kaus, representando o Presidente da FIEMT, Sr. Nereu Pasini; Sr. Reinaldo Araújo, Chefe de Gabinete, representando o Vereador Lúdio Cabral, de Cuiabá; Sr. Tássio Vargas, proprietária da Viação Agrícola Aerosol de Campo Verde; Sr. Nelson Nair, proprietário da Viação Agrícola de Primavera do Leste.

Convido o Vereador Valtemir Pereira para compor a Mesa (PAUSA).

Bem, senhores e senhoras, o Deputado Humberto Bosaipo, autor do projeto fez uma explanação técnica do projeto e ele foi bem claro que esta Audiência Pública realmente é para acatar as sugestões de todos os senhores.

Nós vamos convidar o Dr. Roberto Cavalcanti, que é um dos palestrantes, e dispõe de dez minutos para fazer a exposição. Se houver necessidade de um tempo maior, o senhor pode se dirigir à mesa e requisitar mais tempo. Caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar os palestrantes ou o autor do projeto, por favor, faça a sua inscrição junto às nossas assistentes.

Esta Audiência Pública está sendo registrada pelas nossas Taquígrafas e, certamente, será elaborado um documento.

Com a palavra, o Dr. Roberto Cavalcanti.

Antes de passar a palavra ao Dr. Roberto Cavalcanti, convido o nobre Deputado Humberto Bosaipo para presidir a Audiência Pública.

Desde já eu peço desculpa a todos os Senhores, aos Deputados, ao Secretário Waldir Teis, porque tenho que me ausentar para um outro compromisso.

Agradeço a presença de todos os segmentos organizados nesta Audiência Pública.

Convido o nobre Deputado Humberto Bosaipo para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 14:55 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria de convidar para compor a mesa, o Deputado Federal Amador Tut.

(O SR. DEPUTADO AMADOR TUT TOMA ASSENTO JUNTO À MESA DOS TRABALHOS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Dr. Roberto Cavalcanti Batista.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - Sr. Presidente, a quem eu cumprimento os demais integrantes da mesa; senhoras e senhores aqui presentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu, em nome da diretoria do SINDIPETRÓLEO, quero cumprimentar essa iniciativa do Deputado num momento tão importante onde se debate custos do combustível, o preço final, inclusive aqui em Cuiabá, em Mato Grosso. Eu estou, neste momento, de posse de um ato COTEP nº 04, de 24 de fevereiro de 2005, que ele divulga o preço médio ponderado ao consumidor final, PMPF, da gasolina “c”, diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação e álcool etílico hidratado combustível das unidades federadas indicadas. Esse ato é divulgado pelo Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, que, para Mato Grosso, dentre outros Estados, diz que o preço da gasolina, o preço linear, seria de 2,7347; diesel, 1,9129; para GLP, 2,9087 e assim por diante.

E quero chamar atenção de uma coisa interessante: o preço é livre, a concorrência faz o preço de mercado. Esse preço linear que o Estado está colocando em 2,72, vários postos estão vendendo, dentro dessa concorrência, a 2,67, 2,65, 2,73, e isso é para chamar atenção de uma coisa muito simples: custo, planilhamento. Se um posto tem um custo, se você para pagar a base do imposto, o preço linear no Estado é considerado 2,72, e se estou vendendo a 2,67, a 2,59, eu estou trabalhando numa margem de custo e cumprindo rigorosamente a concorrência de mercado.

Então, como pode querer vir a acusar o Estado Ministério Público, o Estado Promotor divergindo do Estado arrecadador, que é com base no ICMS dessa arrecadação ele coloca uma incidência de 25%. Ora, se eu estou praticando preço com base no ato CONTEP, jamais está havendo alinhamento de preço ou cartelização de preços. Os postos estão basicamente trabalhando em cima de margem de mercado. E olhe, tendo até prejuízo, vários deles. Porque, ao arrecadar imposto com base 2,71 e vender a 2,67, 2,69, 2,59, ele está pagando imposto sobre 2,72. É bem certo que a própria legislação admite que se ele recolher a maior, tiver praticando um preço a maior, ele poderá recolher essa diferença para a Receita, para a Fazenda Estadual. Ou, se ele estiver praticando preço a menor, ele pode também vir a se creditar, ou seja, solicitar que esse tributo que ele esteja pagando seja com base no preço de bomba.

Então, é um direito que lhe assiste. Mas isso é apenas para colocar, e a presença do Secretário Waldir Teis aqui vai nos ajudar a esclarecer exatamente essa colocação, de que você fazendo a prática de preço de média de 2,72, 2,69, 2,73, 2,80 você está tendo uma margem de retorno de lucro numa faixa aproximadamente de 20% a 22% em alguns casos até, dependendo, de 25% de lucro.

Foi citado aqui, por exemplo, um posto, um preço de Santo Antônio de Leverger, a R\$2,49. Se você praticar esse preço de R\$2,49, numa continha rápida, a margem de retorno de lucro, a margem bruta, é de apenas 13%, que não cobre o custo operacional de um posto e cada posto tem a sua característica própria. Tem o posto de rodovia, o posto urbano, o posto de periferia, então, tem várias características que o aumento diminui o custo operacional.

Eu quero trazer aqui o exemplo do que foi feito pelo Ministério Público, em Rondonópolis, que terminou fazendo um acordo, fazendo um termo de ajustamento de conduta com um determinado posto, em Rondonópolis, a R\$2,73, quando a gasolina ali estava em torno de R\$2,85, está sendo praticada nessa faixa, R\$2,69, R\$2,65, R\$2,80, e foi feito esse termo de ajustamento de conduta pelo PROCON, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, com um determinado dono de posto.

Hoje, para nossa surpresa, esse posto, que fez o termo de ajustamento de conduta e que a Coordenadora do PROCON foi a público, a televisão, dizer que comprasse a gasolina dele, vem a imprensa noticiando que ele responde a vários processos de sonegação fiscal, de adulteração do combustível. Enfim, há uma série de ilegalidades que pode fazer com que o seu preço seja bem menor que o da concorrência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, nesse campo, não tem mágica, não tem mandracaria. Você tem que ter uma rentabilidade mínima de 20% para sobreviver. Não há mandracaria. Abaixo disso, o consumidor tem que desconfiar se esse combustível que ele está comprando, abastecendo, não é batizado, não passou pela pia batismal da igreja, pela adulteração. E isso acontece dentro de alguns poucos que estão no meio de revenda de combustível, infelizmente, e que o Sindicato não apóia. O Sindicato, inclusive, recentemente, procurou o Dr. Waldir Teis, até mesmo com algumas medidas, buscando algumas medidas para que, por exemplo, no diesel houvesse uma redução, fosse estudada a possibilidade de uma redução no preço, no preço da alíquota do ICMS incidente sobre o diesel, porque a sonegação no Estado é acima de 20 milhões de litros de diesel, dado o expediente dos tanques suplementares, ou tanques adicionais, que vem nos caminhões e que a Secretaria de Fazenda, sabiamente, colocou recentemente na imprensa que iria tomar medidas também, visando inibir essa sonegação que o Estado vem sofrendo.

Há quem aposte que cerca de 80% desse diesel consumido no Estado seja sonegado. Então, isso é um crime de sonegação fiscal, e o Estado está perdendo renda.

Todos nós estamos tendo prejuízo. O caminhoneiro vem; não abastece no Estado; usa toda a malha do Estado, toda a infra-estrutura; e nós não ficamos com nada, porque o imposto está sendo sonegado.

Então, o SINDIPETRÓLEO, por exemplo, está junto ao Governo do Estado, buscando medidas para inibir exatamente esse crime, como tantos outros, e adverte a imprensa, adverte toda a sociedade para que os combustíveis que estão abastecendo o carro dos consumidores são combustíveis de primeira linha.

Agora, para isso, tem um custo. O custo bandeirado, de postos de bandeira como AGIP, ESSO, TEXACO, etc, ainda é muito mais caro do que o custo dos postos de bandeira chamada branca, porque eles repassam todo esse custo para os postos chamados bandeirados. Aqueles também não têm um custo alto, porque são obrigados também a ter todo o custo operacional de um posto.

Estão, nós estamos agora planilhando todo o custo operacional do posto, inclusive colocando a margem de rentabilidade do lucro, para submeter não só à sociedade, como à Secretaria de Fazenda e, principalmente, à Agência Nacional de Petróleo-ANP, pela sua Superintendência de Abastecimento, para mostrar e justificar as razões o que cada posto em Mato Grosso, em Cuiabá, Várzea Grande, tem de custo. Nós estamos planilhando isso, o SINDIPETRÓLEO está fazendo isso como uma ferramenta para mostrar a toda sociedade o custo que tem. Então, se determinado Estado pratica um preço ainda inferior, é porque o custo daquele Estado é inferior também ao de Mato Grosso.

Essa questão de custo é tão interessante, que eu aqui invoco o testemunho do Dr. Silvio Rangel, que se encontra aqui na platéia, que é Diretor da ECOMAT, uma empresa de biocombustível, pioneira no País, que para que pudéssemos colocar a preço de mercado esse biodiesel, esse biocombustível, na época, dentro do País, a Ministra de Minas e Energia disse: “qual o preço que será para competir com o diesel?”

O que defendemos juntamente com a BASF, então parceira desse projeto, é desonerar a cadeia produtiva do diesel, para que ele possa se tornar o biocombustível, se tornar competitivo. Porque em alguns casos, o biocombustível iria chegar na bomba de gasolina em regiões de custo mais barato, a R\$ 2,30, Sílvio. E nas regiões de custo mais caro a quase a R\$ 3,00. Não é isso? A Ministra disse que por esse preço não vai ser competitivo, ainda que esse combustível seja o combustível do futuro.

Então, hoje, para que o biodiesel, do qual Mato Grosso é o pioneiro na produção, porque envolve a soja, envolve o álcool, produzido aqui da nossa cana-de-açúcar, e mais o diesel,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

para que ele seja competitivo, tem que desonerar a cadeia produtiva dentro do tributo que é incidente sobre ele. Sem isso, esse combustível é genuinamente nacional. Mato Grosso tem a primeira planta industrial no País, já domina a tecnologia, mas ele infelizmente não sairá do papel. Até porque soja, também hoje, com essa internacionalização de seu preço, ainda que o preço esteja baixo, é cara.

E como alternativa, o Governo está sugerindo o óleo de mamona, de girassol, babaçu, etc. E querendo fazer uma prática política agrícola muito boa, muito interessante, que é incluir os sem-terras na produção desse óleo. Acho difícil, pelo menos, porque os sem-terra não têm tecnologia de fazer *plantation*. Se o usineiro, se o industrial da cana-de-açúcar, do álcool, tem suas dificuldades para o abastecimento do álcool, imagine essa produção sob a responsabilidade de pessoas que, infelizmente, não têm a gerência ainda do domínio da tecnologia do agronegócio.

Então, para nós é preocupante também a questão da cadeia produtiva naquilo que diz respeito a impostos. É sabido que no diesel são mais de 60% de carga tributária em cima dele. E aqui também é tão gritante essa preocupação, que até mesmo aqui nós temos representante do SETROMAT - Sindicato de Transporte Rodoviário de Passageiros, na pessoa do seu Presidente Júlio, que também pleiteia junto à Secretaria de Fazenda uma redução na carga tributária do óleo diesel, porque, mais ou menos, tem um peso de, aproximadamente, 17% sobre o custo operacional do setor. Não é isso, Presidente? (PAUSA). De 28% a 30%. Então, é o peso que o diesel tem exatamente no custo operacional do setor.

Agradeço, no momento, essa oportunidade que é dada ao SINDIPETRÓLEO, de estar aqui presente, para informar, exatamente, o que nós estamos trabalhando em cima de custo. Queira Deus que essas gasolinas, esses combustíveis, que estão sendo citados aqui como um paradigma de preço baixo, não sejam batizados, porque é muito provável que o Ministério Público esteja fazendo Termo de Ajustamento de Conduta - mais um -, com pessoas que estejam usando produto adulterado. Não estou afirmando, mas é preciso atenção, porque o custo operacional não paga nem sequer a manutenção de um posto. Ele não vai repor o estoque do mês seguinte se vender o estoque atual dele.

Obrigado, por enquanto, e estou aberto aos debates.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

Registro a presença do nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado Humberto Bosaipo, parabéns por esta Audiência Pública para travar um debate sobre a questão da cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes daqueles postos que vêm cometendo atos de irregularidades. Então, eu quero cumprimentá-lo e dizer que nós temos que travar, como Vossa Excelência falou, nós não somos donos da verdade, temos que ouvir o Governo do Estado e as entidades.

Quero cumprimentar os Deputados Nataniel de Jesus e Pedro Satélite; o Vereador Helny de Paula, representando a Câmara Municipal de Cuiabá; o Dr. Roberto Cavalcanti, representando o SINDIPETROLEO; o Dr. Waldir Teis, Secretário de Estado de Fazenda; o Vereador Valtenir da Câmara de Cuiabá; o ex-Deputado, mas sempre Deputado, Amador Tut; minhas senhoras e meus senhores.

Eu vou fazer aqui uma análise do que eu penso. Uma pessoa que tem três cursos superiores... Para quem não me conhece, o meu nome é Zé Carlos do Pátio. Eu tenho três cursos superiores. O Zé da roça, do interior, que chega à capital... Eu cheguei à capital, estou no meu quinto mandato, mas eu fico pensando comigo mesmo: eu não entendo como é que funciona o sistema, o sistema me deixa muito em dúvida, o jogo é um jogo muito bruto.

Lembro-me que no mandato passado eu fui uma voz calada aqui na Assembléia Legislativa a respeito do FETHAB, que era o imposto sobre o combustível. Foi aprovado o projeto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

do FETHAB, o meu voto foi um voto vencido e comecei a reparar que até aqueles colegas que votaram a favor do FETHAB, eram muito mais bem quistos pelos setores, até do que nós mesmos. Mas o meu voto foi um voto de consciência para o cidadão, porque o cidadão... Eu sabia que o FETHAB iria acabar atingindo a ponta, o cidadão, eu não votei para agradar ninguém. Eu votei porque sou contra esse aumento de impostos que vem acontecendo no Estado de Mato Grosso.

Lembro até que o Governador Blairo Maggi, era inclusive uma das bandeiras da campanha dele, a questão do FETHAB, a questão do ICMS da energia que eu também votei contra o ICMS da energia, da telefonia, era uma bandeira do Governador Blairo Maggi. Mas eu fiquei observando... Tem um pessoal que - eu, graças a Deus sou uma pessoa bem qualificada, mas sou da roça - vem para cidade, vem para a capital e fica observando todo o empresariado, calado. Aí comecei a falar: o empresariado é contra o aumento de impostos, mas ele prefere compor com o poder, com o Governo do que defender seus interesses. Essa foi a análise que eu tive.

Vem o Governo Blairo, eu falei: agora vai acabar o FETHAB. Não, manteve o FETHAB. Pelo menos uma coisa eu não posso negar, o FETHAB está tendo resultados. Nós estamos vendo obras saindo e tal, isso tem que ser elogiado, mas nós temos consciência de que o FETHAB está atingindo a ponta, está concentrando rendas em alguns setores e é um aumento de impostos.

Votamos agora, esses dias atrás, o pedágio. Votei contra o pedágio que vai acabar atingindo também o combustível. Hoje, esta Audiência Pública maravilhosa do Deputado Humberto Bosaipo me dá a oportunidade de me sentir com a consciência tranqüila. A minha consciência está tranqüila. O que vi hoje aqui? Qual foi a consciência que eu tive? Hoje, o combustível mais caro do país é o de Mato Grosso, com um empresariado calado, conivente com tudo isso, a sociedade pagando um imposto caríssimo e a Assembléia Legislativa contribuindo com o Governo do Estado, votando a favor desses impostos. Esse é o quadro que a pessoa que vem do interior e está aqui no Parlamento vê.

Vejam bem, eu vou votar nesta matéria do Deputado Humberto Bosaipo, porque é uma matéria séria, disciplinar, para que não haja fraude e que não haja coisas erradas nessa questão do combustível. Penso que é interessante nós exigirmos o que é sério para a sociedade, mas nós mesmos estamos penalizando a sociedade.

Olhem como é que começa a lei: “Será cassada a inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação...”. Está corretíssimo o projeto. Nós estamos exigindo o certo, o correto. Está correto. Mas eu fico preocupado que cada vez mais nós estamos jogando, exigindo e nós não estamos fazendo a nossa parte. Eu quero aqui dizer que mais uma vez eu estou acertando.

O Secretário Waldir Teis, esses dias atrás, falou na imprensa que esta Assembléia Legislativa é ineficaz, falou no *Diário de Cuiabá*, por causa da questão da Guia de Informação e Arrecadação - GIA. Pena que a imprensa não está aqui. Eu fui ao gabinete do Secretário Waldir Teis, pedi para o Secretário me arrumar fiscal do Estado porque a CPI saiu na Assembléia Legislativa. Mas ele foi um dos Secretários que desestimulou a CPI das GIAs, Guias de Informação e Arrecadação. Hoje, vergonhosamente o valor agregado no Estado de Mato Grosso está acima do PIB de Mato Grosso. A quantidade de fraude que tem de GIA no Estado de Mato Grosso... E ele acabou descarregando na Assembléia Legislativa a responsabilidade da CPI não sair. Ele sabe que eu fui lá, inclusive pedi para ele, os técnicos, entrei com a CPI, foi aprovada pelos meus colegas Deputados, mas a CPI não saiu porque ele foi um Secretário que falou que não via aquilo como prioridade. Olhe lá se ele pudesse me arrumar um fiscal para fazer averiguação. O que está acontecendo, hoje, no Mato Grosso, que é um outro assunto, é que as fraudes continuam.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero aqui colocar o seguinte: eu acho que é um tema importante, Deputado Humberto Bosaipo, mas eu acho que deveríamos estar discutindo que hoje nós temos que exigir realmente qualidade no nosso combustível, mas também temos que reduzir a carga tributária, porque ela é muito alta. A nossa carga tributária hoje é muito alta, inclusive há bitributação no combustível. Hoje, por exemplo, nós pagamos o FETHAB, o ICMS sobre o combustível e agora vem o pedágio. Eu até estava fazendo um exemplo no dia da votação do projeto do pedágio, que um caminhão gaiola carregando boi paga o FETHAB sobre o boi, paga o FETHAB sobre o combustível, paga o ICMS sobre o combustível, paga IPVA e agora ele tem que pagar pedágio. Então, este é o Estado que nós temos e este é o Estado que nós queremos. Será que este é o Estado que nós queremos? E aí eu pergunto: esse discurso desenvolvimentista que nós temos e o Secretário Waldir Teis - recebi um recado que eu tenho apenas dois minutos -, não respondeu um requerimento meu e eu vou entrar no Ministério Público do Estado de Mato Grosso por crime de responsabilidade, que Vossa Excelência não me passou a relação das empresas que o Governo do Estado fez incentivo fiscal durante o seu mandato. Porque existem várias empresas em que foram feitos incentivos fiscais, mas nós não a sabemos. E, talvez, reduzindo incentivo fiscal de algumas empresas que não precisam, poderíamos estar reduzindo o ICMS, o imposto sobre combustível, sobre a energia, e sobre...

O PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vossa Excelência está driblando toda a audiência pública, inclusive, o assunto não é esse. O assunto é combustível. Com toda a sua inteligência, sua habilidade, mas o seu tempo está esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas eu só queria deixar uma observação.... O senhor não me concedeu dois minutos?

O PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu concedo a Vossa Excelência dois minutos para que possa encerrar dentro do assunto, porque esse é o objeto da audiência pública.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só queria colocar o seguinte: com a redução de alguns incentivos fiscais que existe em Mato Grosso, talvez nós pudéssemos estar reduzindo os impostos sobre o combustível. E talvez não tivéssemos tanto problema que estamos tendo, porque hoje querem resolver o problema do Mato Grosso, o imposto sobre combustível, sobre a energia e sobre a telefonia. Só. Eu acho que outros setores têm que ajudar a construir este Estado.

Era só. Muito Obrigado. (PALMAS)

O PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Convido o Deputado Nataniel de Jesus para sentar aqui, ao lado do Deputado Zé Carlos do Pátio, nosso pastor, Bispo.

Concedo a palavra ao Sr. Waldir Pereira de Castro, Representante das Indústrias Distribuidoras, Proprietário do Posto Ipê.

E, antes eu quero cumprimentar o meu colega de infância, Júlio César Sales Lima, que é Presidente do SETROMAT, empresa de transportes. Prezar tê-lo aqui.

Com a palavra, o Sr. Waldir Pereira de Castro.

O SR. WALDIR PEREIRA DE CASTRO - Que cumprimentar o Presidente da Mesa, em nome do qual eu cumprimento toda a Mesa presente aqui. E uma boa-tarde a todos os ouvintes.

Meu nome é Waldir Pereira de Castro, sou proprietário do Posto Ipê e Posto Santo Antônio do Leverger.

Sr. Deputado, gostaria de colocar, primeiramente, referente à distribuidora.

Foi bem louvável quando o Deputado falou no seu projeto: cadê as distribuidoras de marca grande que estão indo embora, não é somente de Mato Grosso, mas do Brasil.

Vejam bem o que ocorre com as distribuidoras. As distribuidoras investem para se montar um posto de gasolina com tanque, com cobertura, com galonagem, para começar, enfim, para dar o pontapé inicial para um dono de posto. Daí, passados alguns dias, ele começa a comprar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

de outra distribuidora e não do distribuidor com o qual ele montou o posto. Essa distribuidora não agüenta. Ela tem que ir embora. Como que essa distribuidora vai agüentar se não vende o produto que ele deveria comprar? Essa é a razão pela qual a SHELL foi embora; é a razão pela qual a AGIP foi embora, a razão da ESSO ter ido embora. E deve ir embora a TEXACO. A TEXACO deve ir embora de Mato Grosso, também, porque as outras distribuidoras, que são as distribuidoras emergentes, têm um preço melhor. Mas preço para posto de bandeira branca, como diz o Dr. Roberto Cavalcanti. E isso faz com que reduzam os preços. E a esses preços é cobrado o ICMS. É feita uma formalidade dentro do Estado para colocar um preço. Se nós aumentarmos o preço aqui em Cuiabá, no mês que vem o preço vai aumentar novamente, porque, automaticamente, o ICMS passa a ser cobrado no mês seguinte. Eu não sei como é que chama a pesquisa que a SEFAZ faz dentro do Estado.

Com referência à distribuidora, o Posto Bandeira Branca assumiu, da distribuidora que aqui deixou, a responsabilidade de manter o seu posto com manutenção e a responsabilidade com o meio ambiente. Ele tem essa responsabilidade. E os postos de bandeira não têm essa responsabilidade porque a maioria dos postos de bandeira que hoje operam é de propriedade das próprias distribuidoras.

Então, nós temos postos que quem está lá são arrendatários, e eles têm que pagar uma parte aos donos dos postos. Há poucos donos de postos que tem bandeira na mão. Podemos contar no dedo. Falo a esta Casa que deveriam procurar o IBGE, que fez o levantamento de todos os postos da PETROBRÁS dentro de Mato Grosso, para saber a qualidade e saber quem são seus donos.

Portanto, com referência à distribuidora, é mais ou menos o que eu queria enfatizar a esta Casa.

Com referência às inscrições, é fácil cassar uma inscrição, porque o dono de posto não adultera o produto. Quem adultera produto é a distribuidora emergente. Dono de posto não tem química na mão, no fundo do seu posto. Quem tem a química na mão é a distribuidora que faz isso em qualquer fundo de quintal. Eu quero deixar isso aqui bem claro...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não tem um teste lá, antes de colocar?

O SR. WALDIR PEREIRA DE CASTRO - Tem um teste, mas o teste que o dono de posto tem, ele vai verificar se a quantidade de álcool é a quantidade de 24 mais ou menos 1% acima ou abaixo. Então, ele não tem teste suficiente para saber se tem elementos pesados ou leves. Ele não tem. Ele só tem a capacidade de ver se tem álcool, que é a Portaria nº 248.

Com referência à inscrição, é fácil, porque cassar a inscrição... Tem posto aí que já mudou de dono mais de dez vezes e tem outra inscrição. O correto seria, no local, cassá-lo por cinco, sessenta meses sem operar. Não é a inscrição, porque na hora que ele sentir que não pode montar no local... Geralmente, um posto tem dois endereços, porque ele é de esquina. Então, é fácil fazer dois endereços dentro de um posto. A maioria é de esquina.

Outra coisa, o Dr. Roberto Cavalcanti falou de 25% do preço de gasolina...

Dr. Cavalcanti, daqui uns dias nós vamos ganhar é 60% a 70% para manter um posto, porque o número de postos aumentando, aumenta o valor agregado. Quanto mais número de postos dentro de uma cidade, maior será o seu preço, porque não existe posto de gasolina para vender trinta mil litros. Existe posto de gasolina para vender acima de cento e cinquenta mil litros, acima de cem mil litros. Por que isso? Justamente porque a sua margem é pouca.

Antigamente montava-se posto de gasolina de acordo com a frota de carro. Hoje, monta-se à revelia. Nós precisamos ter população. Quem consome produto de um posto? Consome é o carro que passa numa via. Se nós montarmos três, quatro postos dentro de uma via, o que vai

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

acontecer? Vai diminuir a galonagem de todo mundo, e todo mundo vai ter que sobreviver. Ou aumenta o preço ou o estabelecimento é fechado.

Então, nós precisamos criar uma lei dentro do município, ou dentro do Estado inibindo a quantidade de postos que vai se montar. Não estou aqui querendo falar isso.

Outra coisa: sou o proprietário do Posto Santo Antônio e coloco esta Casa, coloco qualquer um para fiscalizar o meu posto para verificar se eu compro combustível adulterado, ou se eu tenho algum processo na ANP ou em qualquer outro lugar. Eu me coloco à disposição da Justiça. Desafio quem quer que seja, se eu compro gasolina com solvente. Aliás, para mim, nenhuma distribuidora vende, porque, se me vender, eu a denuncio. Para mim, nenhuma distribuidora tem coragem de vender, porque eu não tenho medo de morrer, eu não tenho medo de enfrentar, eu não tenho medo de muitas coisas. Agora, é colocada toda essa situação.

O maior problema que dono de posto enfrenta hoje, que pode aumentar o preço são os ladrões. Eu fui assaltado 32 vezes. Na última vez levei três tiros.

Outra coisa também. Nós temos distribuidora verticalizando os preços - verticalizando. Ela vende o produto para ela e vende para terceiros. Ela é dona de posto.

Então, vejam bem, temos muitas coisas que precisam ser discutidas como lei. Não é só chegar e colocar isso.

Eu acho que esta Casa precisa sentar, ouvir a opinião da sociedade, ouvir a opinião, principalmente, do dono do posto - do dono, não do arrendatário - e da distribuidora.

A distribuidora tem o papel dela. Qual? Distribuir. Ela não tem o papel de ser dona de posto. Se ela montar posto, ela tem que arrendar o seu posto. Se por a sua marca lá, tem que arrendar, e não ser dela o posto, e não pôr funcionário, porque é um concorrente desleal para os postos. Isso já aconteceu em outros países, de as distribuidoras serem donas e vir a prejudicar o País.

Os Estados Unidos hoje procura ter distribuidoras pequenas e donos de postos pequenos.

Então, Sr. Deputado, é isso o que eu quero colocar com referência às distribuidoras, com referência às inscrições e com referência ao número de postos que têm dentro da Capital e dentro do Estado.

Em outras Capitais, um posto só é montado se tiver uma população de carro. Aumentou 9.000 carros? Pode montar mais um posto. Não aumentou? Não pode montar mais posto.

Era somente isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço ao Sr. Valdir de Castro que trouxe, como dono de posto, grande contribuição ao debate. Audiência pública é para ouvir mesmo, dono de posto de gasolina, distribuidor, governo, Deputados... Esse é o nosso objetivo. O senhor trouxe aqui informações valiosas pela sua experiência. Eu agradeço.

Vamos ouvir o Sr. Valdir Severino da Silva.

O SR. VALDIR SEVERINO DA SILVA - Deputado Humberto Bosaipo, demais Deputados, componentes da Mesa, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, quero dizer que estou muito honrado de poder falar e expor o meu ponto de vista.

Como consumidor têm certas coisas que não consigo entender. Por exemplo, é difícil explicar para o consumidor o porquê da gasolina em Porto Velho, no Estado de Rondônia, em Rio Branco, no Acre, ser mais barata do que em Cuiabá. Isso é complicado!

Por outro lado, se você falar, por exemplo: “não, o problema é o imposto, e tal...” Bom, mas em Santo Antônio do Leverger paga-se os mesmos impostos que em Cuiabá. E em Santo Antônio de Leverger - posso falar, porque estou todo final de semana em Santo Antônio de Leverger, por força de um *hobby* que eu pratico - comecei a perceber que a gasolina era mais barata. Comecei a abastecer lá, porque sou brasileiro, sou patriota, gosto de Cuiabá, mas não sou bobo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Gosto do meu bolso também. E comecei a abastecer lá. Posso garantir que a gasolina lá não é adulterada, não. Já faz seis meses que estou abastecendo, e meu carro continua andando perfeitamente, em perfeito estado, sem problema nenhum. Então, a gasolina de lá é boa.

Se a pessoa consegue vender a gasolina a R\$2,49 e manter o posto, eu acho que aqui poderia ser feito o mesmo.

Por outro lado, houve uma época, um ano, há um ano e pouco - não lembro-me bem a data -, que uma liminar da Justiça obrigou os postos de gasolina a vender a gasolina a R\$2,20. Nesta época, não vi ninguém fechando posto porque estava tendo prejuízo. Todo mundo continuou vendendo. Agora, eu pergunto: esse pessoal estava gostando de ter prejuízo? Estavam tendo prejuízo? Ou dava para continuar vendendo gasolina a esse preço? Eu acho que dava. Essa é a visão que temos como consumidor. Tem coisa que é difícil entendermos. É difícil explicar para consumidor.

Outra coisa que o Dr. Roberto colocou é que nós estamos num sistema de livre mercado. Eu acho que livre mercado para certas coisas não funciona. Em certos setores é muito fácil fazer cartelização. Eu vou citar um exemplo: os grandes supermercados trabalham com 40, 50, 60 mil itens. É muito difícil o Modelo ligar para o Big Lar ou para o Comper e falar: “hoje os preços vão ser esses, nós vamos fazer uma diferença de um centavo por item e tal, só para não dizer que nós estamos cartelizando”. Isso é difícil! Agora, é muito fácil para um Posto de Gasolina, que trabalha com três produtos, combinar preços: “hoje você vai vender a R\$2,67 e eu vou vender a R\$2,65; amanhã você passa e vamos mudando!” Isso pode ser perfeito! Não estou dizendo que está feito. Não estou acusando. Não estou dizendo. Mas, que pode ser feito, pode!

Então, determinados setores, apesar de estarmos vivendo uma economia de mercado, eu acho que não tem condição de liberar, porque, infelizmente, a ganância do ser humano é muito grande. Então, é difícil dizer até ontem está a concorrência, até onde vai a ganância, até onde vai a cartelização. Então, certos setores, eu acho que deveria ser tabelado. A gasolina, no Brasil, infelizmente, eu acho que deveria ser tabelada.

No mais, agradeço pela oportunidade, parabênzo Vossa Excelência pela iniciativa, e vamos ver o que dá. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos o Sr. Waldir Severino da Silva pela sua participação, muito importante, falou como consumidor.

Antes de passar a palavra ao Sr. Waldir Teis, questiono da Mesa se o Deputado Pedro Satélite, o ex-Deputado Amador Tut ou os Vereadores querem falar.
(ALGUNS INTEGRANTES DA MESA ACENAM FAVORAVELMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Vereador Helny de Paula.

O SR. HELNY DE PAULA - Deputado Humberto Bosaipo, que preside esta audiência pública; demais Deputados; Sr. Waldir Teis, Secretário de Estado de Fazenda; Sr. Roberto Cavalcanti; meu colega Valtenir, Vereador de Cuiabá; senhores e senhoras; valorosa imprensa aqui presente.

Eu não poderia me furtar dessa oportunidade de estar aqui representando a Câmara Municipal de Cuiabá e tecer alguns comentários do segmento, até porque é um segmento de que eu faço parte.

Quero também ser solidário ao Deputado com suas questões em pauta, mas também dizer do nosso segmento, o que ele presta, o que ele traz de benefício à sociedade cuiabana, por que não dizer mato-grossense e em nível de Brasil?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero, Deputado Humberto Bosaipo, dizer a Vossa Excelência que esse segmento é um dos segmentos que mais arrecada imposto dentro deste Estado, é o segmento que mais emprega dentro da nossa Capital.

As palavras do Exmº Deputado Humberto Bosaipo, no início de sua fala, quando ele colocou sobre a ação que nós sofremos, que o segmento sofreu na semana passada, foram o motivo de nós estarmos encaminhando à Câmara Municipal de Cuiabá, àquela Casa de Leis, uma moção de repúdio. Eu acho que a sociedade não dá mais para conviver com uma situação como a que nós vivemos na semana passada. O segmento foi tratado realmente como verdadeiro bandido. Eu quero dizer que se tiver algum nesse segmento, que seja tratado à altura, não generalizar como foi generalizado.

Eu quero dizer que todas as palavras que aqui foram colocadas pelo companheiro Valdir Castro, pelo outro companheiro Valdir, são reflexões que têm que ser analisadas. Eu acho que esta abertura, este espaço que nós estamos tendo aqui é um avanço, mas o segmento existe, o Dr. Cavalcanti colocou muito bem aqui, números e números de estudo. Eu acho que falar mais a respeito disso é chover no molhado. Muito obrigado pela oportunidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Sr. Nelson Paim, da Tucano Aviação Agrícola de Primavera do Leste. Agradeço a sua presença.

O SR. NELSON PAIM - Boa-tarde a todos!

Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Humberto Bosaipo; o Helny, nosso colega; os Secretários e todos os presentes.

Somos de Primavera do Leste, da Tucano Aviação Agrícola, e não poderíamos deixar de perder a oportunidade de fazer alguns comentários sobre a atividade.

Agradeço o projeto do Deputado que nos ouviu numa reunião do sindicato e alguns proprietários de imprensa em outra oportunidade.

Antes de fazer alguns comentários, eu não poderia deixar de comentar sobre a atividade da aviação agrícola. A aviação agrícola, nós estamos numa região de Mato Grosso, principalmente na região Centro-Oeste, participa de um pedaço da agricultura muito importante para o Brasil. Nossa empresa começou as atividades em 96, quando ela tinha um custo de combustível que correspondia a 14% e hoje nosso custo sobre o combustível está em torno de 32% a 35%.

A atividade da aviação agrícola, por mais que em alguns setores seja marginalizada, é muito importante para a agricultura.

Eu sou piloto, sou proprietário dessa empresa, participo do sindicato das empresas. Eu diria, com toda consciência, que sem a operação das empresas de aviação agrícola, nosso Estado de Mato Grosso não estaria ocupando o lugar que hoje ocupa na agricultura nacional.

Na atual situação o custo que mais pesa nos custos das empresas é o combustível. Então, encarecidamente, não pelas empresas, mas pelo Estado de Mato Grosso, pela nossa agricultura, nós precisamos, neste momento, de um apoio do Estado e das pessoas responsáveis por esse mecanismo.

As empresas de aviação agrícola estão para colaborar com a agricultura. Hoje, todas as empresas são muito capacitadas, pilotos cada vez mais conscientes, os proprietários cada vez mais equipados com tecnologia, com equipamentos, para continuar contribuindo. Mas, infelizmente, a aviação agrícola, na atual situação, com todos os custos, porque não temos só o custo do combustível, mas todos os custos incidentes, se continuarem aumentando e cada vez mais engrossando o custo da operação, vai deixar de existir. Ela vai deixar de existir e, com certeza, a nossa agricultura será prejudicada, porque muitas vezes nós somos marginalizados pela operação, mas infelizmente uma agricultura de grande porte que nós temos hoje no Mato Grosso é impossível praticá-la sem a operação da aviação agrícola.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu não poderia deixar de falar também na aviação geral. Infelizmente, hoje, no nosso Estado e no nosso Brasil em si, deixou-se de voar muito por questão de custo de combustível. Muitos empresários, pequenos empresários e grandes empresários, grandes investidores, muitas vezes, deixam de se deslocar, de usar o meio de transporte aéreo por questão de custo operacional. E o custo operacional dos combustíveis é um dos maiores que tem. Se nós tivéssemos, com certeza, um apoio e uma redução de custos, este Estado e o Brasil estariam mais desenvolvidos. Esse problema não é só um problema de Mato Grosso, esse problema é um problema nacional. Muitas empresas de aviação agrícola e muitas empresas da aviação geral estão deixando de voar, estão vendendo as suas aeronaves, demitindo funcionários, enfim, paralisando suas operações por questão de custo.

Para se ter uma idéia, hoje, em Primavera do Leste, o custo de combustível está quatro reais e cinqüenta centavos. No norte do Estado, tem lugar que chega a ser cinco reais e cinqüenta centavos. Isso é um custo enorme. Esses 32%, nós estamos hoje operando com 32% em cima do custo do faturamento também. Para se ter uma idéia de como funciona o custo das empresas, entre piloto, funcionários e combustível, nós temos um custo de quase 60%. Então, está muito difícil para a aviação agrícola e para a aviação geral.

Eu não poderia perder esta oportunidade de agradecer encarecidamente o apoio do Deputado ao projeto e esperamos que o apoio seja estendido para o nosso setor. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos o Nelson Paim, que veio de Primavera do Leste.

Nelson, nós fizemos aqui para o Secretário, assim que iniciamos a nossa Audiência Pública, o item II, o pedido de redução da alíquota do combustível para aviação agrícola, fruto inclusive daquela reunião que nós fizemos lá no Hotel Fazenda, que gerou uma lei, que gerou uma discussão mais ampla. E acho que o setor tem que estar sempre discutindo, se encontrando, principalmente no momento como este da agricultura do Centro-Oeste.

Vou passar, também, para o nosso companheiro Amador Tut, que tem algumas considerações.

O SR. AMADOR TUT - Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Humberto Bosaipo, e também os demais em nome do Secretário Waldir Teis; senhores e senhoras.

Quero ser bem rapidinho. Eu sei que a Assembléia Legislativa tem que fazer um trabalho de uma conjuntura mais ampla.

Mas eu hoje quero fazer um pedido e um apelo ao Secretário e que o Secretário leve também ao Governador, e acho que ele é bem sabedor, bastante conhecedor disso, o que foi que fez Mato Grosso ter esse avanço, esse desenvolvimento até hoje, até mesmo trazê-lo para Mato Grosso? Foi quando nós tivemos aquela coalizão no preço do petróleo generalizado no Brasil e que deu condições de abrimos Mato Grosso.

Agora, o preço do transporte saiu, mais ou menos, o preço do ICMS, Dr. Waldir, mas poderia ser o mesmo. Porque tem lugar no Brasil que é de 6%, mas o maior, sem ser Mato Grosso, é de 12%. Aqui é de 17%. Todos os outros Estados cobram o imposto em cima da compra, Mato Grosso cobra em cima da venda. Então, além de pagarmos 17%, ainda pagamos sobre um preço calculado, que tem que vender por tanto.

Não vou estar generalizando no diesel, a gasolina e o álcool porque são valores pequenos compensativos ao diesel, então, a diferença, se mudar, muda pouco. Mas o diesel é muito grande, Dr. Waldir, a diferença é que, se voltar o preço competindo, a receita vai ser quase o dobro.

Hoje nós fazemos da seguinte forma: emitimos uma nota, até adquirimos esse produto, hoje, na faixa de 1,63, mas o cálculo do ICMS deve ser calculado em cima de 1,9130, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

prejulgamos ter que ganhar. Isso tanto faz ser para revendedor, para consumidor final, é da mesma forma. Não tem diferença de um e de outro, não, o preço é o mesmo. Em cima da gasolina, do álcool, se mudar isso, a gasolina vai passar de 25 milhões para 40. Eu até não tenho esses dados muito com capacidade, mas é por aí. Nós aumentaremos 15 milhões no consumo da gasolina, se mudarmos essa tática. Do álcool, nós deveremos sair de cinco, oito, para doze, quinze. Também não muda muito. Mas o diesel, Dr. Waldir, se nós o mudarmos, saímos de cento e vinte milhões para duzentos e cinquenta a trezentos milhões de litros de diesel. E, na hora que vendermos trezentos milhões de litros de diesel, recebendo 10%, valerá muito mais do que vendermos cento e vinte e recebendo 17%. E nós daremos oportunidade para aquele cidadão que vem aqui comprar o produto poder vir com o seu caminhão, até com menos peso, comprar e voltar.

Hoje, infelizmente, não temos mais posto de beira de estrada. Nós temos pousadas de caminhões na beira da estrada. Os caminhoneiros só param para pousar e dormir, não para abastecer, porque o custo do produto aqui, que não é tão interior, tem uma diferença de trinta e dois a quarenta centavos por litro. É impossível. Quando alguém alegou que em Porto Velho é mais barato do que aqui, isso é verdade. Em Porto Velho é mais barato do que aqui porque a refinaria vem de Manaus. Tem uma pequena diferença. A nossa diferença com Goiás, com Mato Grosso do Sul ou com Porto Velho, seria de dez centavos, que é o transporte. Isso nós não podemos negar que temos. Mas hoje está com uma diferença entre 30% para mais de 30% dos nossos vizinhos, que é a diferença do ICMS, de 12% para 17%. E o cálculo, que adquirimos na faixa de 1,60, temos que calcular os impostos, é a pauta do Estado, a 1,9130. Inclusive, nessa última reunião que tivemos do CONFAZ - inclusive tem carta para ser distribuído a quem interessar -, vimos que Tocantins cobrava 17%, porém, do preço de venda. Tocantins reviu e voltou para os 12%. Mato Grosso, infelizmente, não fez isso.

Então, se hoje nós tivéssemos essa benção, esse agradecimento do Governo do Estado, porque ele é conhecedor do custo do combustível, teríamos condições de adquirir o litro do óleo diesel aqui no Estado por 1,51. Isso é muito importante para que o povo volte a produzir, volte a conseguir pagar as suas contas.

Tem mais uma, Dr. Waldir, o senhor é sabedor que nós temos uma taxa, que não é somente o FETHAB, que rende para o Estado. Temos o SIMPLES, também, que rende. E a participação é grande. A participação do SIMPLES parece que está chegando na casa de dois e alguma coisa, ele não fica abaixo de 17% a 18%. Porque, de toda venda que o Brasil faz, é retida uma importância para a construção das rodovias, que é isso que nós pagamos, que virou outro imposto. E cada Estado que adquire aquele produto recebe a sua participação, não apenas o Estado, mas o município, também.

Os senhores são sabedores que se nós recebermos esse pacote, que tem uma representação muito grande, hoje, representa, talvez, mais que os 17% da metade que vendemos, porque o produto encareceu demais.

O senhor me desculpe, o senhor deve ter essa matemática, o senhor a tem, eu não tenho acesso a isso tudo, a esses dados, mas tenho quase certeza de que, quando ele falou aqui que a distribuidora foi embora porque o posto que vendia para ele comprou de outro, não, ele não vende para aqueles que são consumidores finais. Porque tem consumidor final, aqui, que compra dez vezes o que compra um posto de gasolina, tendo em vista que ele gasta mesmo.

Hoje, quem tem cinquenta caminhões tremiões aí, cada um quilômetro e oitocentos metros que ele roda consome um litro de diesel. E esses carros foram feitos para rodar de 18 a 20 mil quilômetros/mês, e gasta mesmo. Eles também não dão conta de comprar das companhias, porque o preço ficou difícil demais mesmo, tem que pular fronteira, tem que comprar na margem de lá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Hoje, nós estamos numa situação em que o nego está em Comodoro e vai abastecer em Vilhena; o nego está em Alto Araguaia, em Barra do Garças e tem que abastecer em Goiás; o nego está na estrada de Coxim, mas tem que abastecer em Campo Grande.

Essa é uma diferença que onde nós todos estamos aqui, estamos pagando caro, estamos tendo dificuldade e o Governo está ganhando pouco. Porque, se o Governo estivesse ganhando bastante, ele iria resolver o nosso problema, não teria problema, não. Mas ele está ganhando pouco porque não está recebendo do CIDE que vem para cá. Então, não adianta... E fazendo com que os caminhoneiros, todos eles, venham com excesso de bagagem, de peso, porque, além de trazer os 40, 50 mil quilos autorizados, dentro da carroceria, ele tem que trazer mais dois mil quilos na lateral do caminhão para voltar; se ele for depender de abastecer aqui, não dá conta de pagar nem o almoço na estrada, porque o custo é tão grande.

Quando você chega num posto de gasolina para encher um tanque de dois mil litros ou mil litros de cada vez, e você paga num lugar R\$1,50, e no outro R\$1,90 ou até R\$2,10... Gente do céu, R\$2,10! Você despejar, assim, num tanque de gasolina, mil litros... Você não pode nem andar com esse tanto de dinheiro no bolso. Vejam até a dificuldade que está para o cidadão, porque os ladrões matam todos eles. Está complicado esse caso nosso.

Agora, o Governo do Estado é sabedor de que nós somos um Estado produtor, a nossa distância é longa, e ele teria que baixar o imposto do ICMS sobre o combustível em Mato Grosso, não para 12, mas para 06, 08, ou, no máximo, 10, e é no preço de compra do produto, não é no preço de venda. Por que, como é que o cidadão pode vender o produto mais barato, se ele já teve que pagar o imposto, portanto já teve que recolher todos os outros encargos por aquele valor? Ele vai vender mais barato? Como pode fazer isso?

O cartel que está existindo não é dos comerciantes, é da pauta pré-determinada pela SEFAZ. Essa, sim, formou um cartel no Estado (PALMAS).

Agora nós temos o Valdir, que está ali em Santo Antônio. Talvez ele não tem sido um “coletivo”, porque nós temos aqui em Cuiabá... Um cidadão dele lá sai da sua casa e até chegar no posto para trabalhar gasta dois minutos. Ele trabalha 10,12 horas por dia e fica mais descansado do que o nosso que trabalha 06 e tem que gastar 03 para chegar em casa. O nosso chega mais cansado. Esse custo é muito grande, essa diferença, é enorme.

Como você fala: o Valdir ganhando 10% paga as contas e o outro, ganhando 20%, ainda fica devendo, ainda passa como cidadão malpagador, porque tem uns custos aqui que existem, que caem em cima de alvará. Aqui nós temos de pagar encargo de alvará sobre alvará. É uma coisa esquisita do mundo. Tem posto que tem cinco alvarás. Coisa esquisita! Fica doido de ver.

Então, se criou um hábito: precisamos de dinheiro? Vamos ditar a regra de imposto para pagar. Está difícil demais o Estado aqui. Inclusive Mato Grosso está hoje aí como o Estado solução, mas se continuar, Sr. Waldir, o Governo do Estado não predeterminar um valor diferenciado no combustível, a solução é voltar, porque nós não vamos dar conta de comprar o próprio produto aqui.

Vocês sabem disso hoje. Comprar um saco de soja aqui hoje na faixa de 8 dólares. Você gasta 4 dólares para tirá-lo dos portos, a não ser através da navegação do Amazonas. Vocês de fato criaram isso a tempo, ainda se leva por 5 dólares por aí, senão, pelos outros lugares, você tem que por quase o mesmo valor da compra do produto para transportá-lo. Vai chegar ao ponto em que um saco de milho aqui em Mato Grosso não terá como levar, não terá jeito, não terá como.

Quando eu cheguei a Mato Grosso, nos anos 60, não tinha essa equalização no preço de petróleo, não. O petróleo aqui era pago do jeito que você desse conta de fazer. Então, era um absurdo. Você comprava um litro de petróleo lá em Uberlândia, custava R\$1,00; e chegava aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

estava custando cinco R\$5,00. Não dava conta de carregar nada daqui. Não tinha como conduzir, porque o custo era alto demais.

Hoje, estamos chegando para o mesmo caminho, estamos voltando para o mesmo lugar. Só que, hoje, não estamos com um caminhãozinho de dois quilômetros por litros; três quilômetros, não. Estamos com um caminhão de um quilômetro e meio por litro, só. Embora leve muita mercadoria, o consumo dele também é grande demais.

Nós temos um problema, Waldir, porque tudo isso foi pago para termos estrada - e olha que o Governo do Estado consegue fazer as estradas com o FETHAB -, mas o Presidente da República quer fazer as estradas dele. CIDE não tem em Mato Grosso. Mato Grosso não vem para cá, porque não compramos aqui. Nós ficamos só fazendo tanque. Os caminhoneiros que vêm fazendo esse tanque aqui - não é sonegar, não - estão desesperados para pagar a sua conta, porque tem um velho ditado de que a necessidade faz o sapo pular, sim. Faz! Cobra que não anda, não engole sapo. Como é que ele vem sabendo que a viagem dele é menor do que o abastecimento do caminhão dele aqui? Que jeito que ele faz isso, gente? Analisem bem.

Vocês têm sã consciência de que não adianta entregar para o cidadão e falar: você tem que se virar com isso aí. Como ele vai se virar? O que tiver, sou eu que deixei dinheiro nas mãos dele.

Então, peço, por favor, porque esse trabalho da Assembléia Legislativa é um trabalho bastante generalizado, totalmente alheio ao que estou falando para Vossa Excelência hoje. O que precisamos é receber informação do Governo do Estado. O ICMS do Estado de Mato Grosso sobre o combustível para baixar para 10%, talvez até para 8%, e o preço são de compra, não são de venda. Isso eu precisava falar para Vossa Excelência. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos ao ex-Deputado Amador Tut que, antes de iniciar, falou que ia falar somente um pouco, e deu uma aula para nós aqui, de matemática.

Para encerrar, vamos ouvir o Secretário de Fazenda, Waldir Teis.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Cumprimento o nosso amigo Deputado Humberto Bosaipo, Deputados Zé Carlos do Pátio e Eliene, Pedro Satélite, Dr. Roberto Cavalcanti, Deputado Amador Tut, empresários e demais que se encontram aqui.

Vou fazer uma breve explanação, uma ênfase, mas eu vou até por parte, colocando na fala do Deputado... Primeiro, parabenizá-lo pela iniciativa.

Acho - acho não -: alguém tem que começar a fazer alguma coisa para que se possa, digamos, dar melhores condições de mercado dentro do nosso Estado. Não é na questão de combustíveis, mas temos “n” segmentos econômicos e o Governo - e nada mais propício do que a Assembléia, que também é Governo, queira ou não; o Estado se sustenta num tripé legislativo, executivo e judiciário - tem essa missão de, junto com o povo, tentar regular as atividades.

E, na preocupação do Deputado Humberto Bosaipo, quando ele nos assediou sobre o projeto, nós aplaudimos, porque a medida é extremamente inteligente, mas nós temos que ir um pouquinho além. No início, quando Vossa Excelência estava colocando, eu conversei rapidamente com o Deputado Silval Barbosa, e depois, aproveitando a fala do Sr. Waldir Pereira de Castro, quando fala que não basta só fazer a cassação da inscrição estadual, nós havíamos comentado, não só a inscrição. Talvez melhorar essa lei, Deputado, colocando o seguinte: além da inscrição, naquele local não se concede mais inscrição estadual para a atividade de postos de combustíveis. E isso se quiser bagunçar mesmo o coreto, porque eu acho que as pessoas aprendem pela dor e aprendem pelo amor. De forma que, pegou o cidadão com um produto adulterado. Se o posto não vai mais vender produto do comércio de combustíveis, e se fosse até possível - mas já é uma coisa muito complicada e inconstitucional, que é seqüestro de bens, que é um crime, e se for um crime hediondo, ou coisa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

parecida, é um pouco mais complexo - ao empresário, uma forma de proibir. O Estado não conceder mais para esse empresário dentro do ramo de combustíveis - mesmo que ele se instale num outro local - a inscrição estadual. Além disso, estender para o gerente, porque muitas vezes o empresário incumbe, o dono incumbe ao gerente, e ele que dá a diretriz de como quer comercializar.

Na questão das pautas para a região, Deputado Humberto Bosaipo, nós já tivemos “n” conversas sobre isso daqui. O que torna isso impossível é o seguinte: Se nós criarmos uma pauta só para Cuiabá, não vai ter um caminhão que vai ter combustível faturado para Sorriso, para Guarantã do Norte, para Juara... Todo mundo vai comprar para Cuiabá.

Então, quando o Governo quer regular alguma coisa e dá oportunidade ou ele facilita um pouco, o empresário - não vou esconder - aproveita-se demais dessa abertura e desvirtua todo o sentido daquele benefício ou daquela facilidade de poder tocar o seu comércio. Então, é difícil fazer isso. E o que vai acontecer? Você acaba até atrapalhando o próprio comércio local.

A aviação agrícola, Deputado, desde janeiro, estamos fazendo, na Secretaria de Fazenda, o levantamento de qual é o consumo da aviação agrícola, porque não se tem isso estratificado. A Secretaria está fazendo isso. Acredito que até o fim de março nós tenhamos algum número plausível, porque até o fim de fevereiro os nossos fiscais e técnicos estavam de férias e retornaram agora.

A aviação comercial, nós também conversamos já há muito tempo com as empresas aéreas que atuam dentro do Estado de Mato Grosso. Depois eu vou falar da TAM e de outras empresas que têm linhas interestaduais. Mas na aviação comercial, o que nós pedimos para as empresas é que não basta só darmos a redução da carga tributária. O que eles podem contribuir com geração de empregos? Qual retorno social isso vai trazer? Benefício se dá para se converter em social e não em agregação de margem de lucro. Se fosse para favorecer a agregação de margem de lucro, a competição não seria de preço para preço. O mais eficiente vai vender mais, o menos eficiente pode quebrar.

Na questão das companhias áreas, em 2003, nos três ou quatro primeiros meses do Governo Blairo Maggi, foi feita uma redução especificamente na alíquota do querosene. Nós achávamos, então, que o consumo aumentaria. Uma coisa, Deputado Zé Carlos do Pátio, completamente inversa. Deputado, o consumo caiu. Daí fomos nos inteirar porquê esse consumo caiu. Daí tivemos a seguinte informação, isso é verdadeiro mesmo, as companhias áreas, TAM, na época a TRANSBRAZIL, VASP, etc, todas essas não adquirem produtos fora das bases, elas adquirem em São Paulo, porque junto a PETROBRÁS elas conseguem um preço melhor do que a PETROBRÁS vende para uma distribuidora. Os aviões não vêm para cá lotados de passageiros, 100%. Eles têm uma sobra de capacidade de carga e abastecem em São Paulo, ou abastecem no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais, ou no Nordeste, porque todas as refinarias estão a um preço melhor que Mato Grosso. Então, não abastecem em Mato Grosso porque a alíquota é 2%, 5% ou 7%. Eles não vão pagar ICMS sobre o frete do combustível que eles trazem. Então, o que eles fazem? Eles enchem o tanque, vêm e voltam com seu tanque cheio, abastecido em São Paulo, Rio, ou onde ele parte.

Tenho algumas informações, até dias atrás, eu vi nos jornais, que as companhias áreas pararam de abastecer em Mato Grosso por causa do ICMS. Eu vou falar uma coisa, Deputado: tem gente que fala muita abobrinha sem conhecimento de causa e faz a opinião pública, muitas vezes, acreditar numa informação mal dada, e isso é ruim. Eu acho até interessante, porque a audiência pública era mais para debater preço do combustível, não a lei que o senhor se propôs a apresentar na Assembléia Legislativa. Parece até que o Governo é culpado de toda desgraça do combustível em Mato Grosso, mas não é isso.

Então, quando se publica alguma coisa errada a sociedade engole isso. Agora, com a permissão do Dr. Cavalcanti, dias atrás quando houve aquele imbróglio todo com o Sindicato das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Distribuidoras de Petróleo, a gente se segura porque polemizar, tem coisas que não adianta... Mas o Sindicato induziu todos os contribuintes e consumidores ao erro, quando o preço era de dois reais e sessenta e sete centavos e estava dois reais e sessenta e um, ele dizia que tinha que vender a preço de dois reais e setenta e um centavos, e não era isso. A variação de preço médio no Estado entre o interior e Cuiabá estava dando 0,06 centavos. Aplicando-se alíquota de imposto em cima dessa diferença, não chegava a um centavo na diferença do preço do litro. Aí induziram todo mundo ao erro, que tinha que elevar o preço a dois e setenta e qualquer coisa. Isso é aproveitamento da ingenuidade do povo. Nós, muitas vezes, somos ingênuos e acreditamos nessas mentiras.

Eu falei, está aqui o nosso representante da assessoria econômica de jornalismo do sindicato: Mentiram para o povo. Eu estou repetindo o que eu falei nessa reunião. Então, houve uma mentira que o Governo estava fazendo com que as empresas tivessem que vender o seu produto nesse preço. Não, nós temos um preço médio, consultando mais de duzentos e oitenta postos no Estado. A Assembléia Legislativa fez um trabalho pegando hoje a média. Não são mais dois reais e setenta e um centavos, está a dois reais e setenta e sete centavos, quase dois reais e setenta e oito centavos. Então, não somos nós que ditamos o preço, quem dita o preço é o contribuinte, o dono do posto.

E a legislação, Sr. Tut, fala que o ICMS incide sobre o preço de venda de mercadoria e não da compra. Com todo respeito, a informação que o senhor tem está errada. Se foi o contador do senhor que lhe deu essa informação, peça para ele estudar legislação de ICMS, porque ele não entende de legislação de ICMS. Então, é informação errada que o senhor está trazendo aqui também.

Então, essas questões da formação do preço, nós temos um preço médio no Estado. Não dá para trabalhar com preço para Cuiabá e etc, exceto por dentro, como já falei. Então, nós temos que arrumar mecanismos, sim.

E nós pedimos aqui, Deputado Humberto Bosiapo, a colaboração da Assembléia Legislativa para nos ajudar nesse imbróglio. Eu acho que temos que unir forças e chegar a um consenso para facilitar isso daqui.

A questão dos tanques adicionais, em 2003, nós fizemos um estudo aprofundado para acabar com os tanques adicionais. Existe uma legislação federal que permite, e nós temos duas rodovias federais que são as mais importantes do Estado de Mato Grosso, por onde transitam esses caminhões. Na ocasião nós chegamos à conclusão que não tinha como se fazer uma legislação para proibir o trânsito desses caminhões aqui dentro. Nós estamos com o projeto elaborado, em parte elaborado. Não vou dizer aqui como ele está sendo feito, porque nós vamos trazer isso para a Assembléia Legislativa antes de colocar na mesa para votação, discussão, para discutir uma forma de acabar com esse trânsito, até porque nós temos, Deputado Humberto Bosaipo, uma coisa muito interessante, o eixo das rodovias BR-163 e BR-364 estão bem em cima de um divisor de duas bacias hidrográficas, a do Prata e a Amazônica. Então, nós temos que ter argumentos muito convincentes para até aprovar essa lei aqui na Assembléia Legislativa, que nós queremos que seja aprovada e com isso propiciar melhores condições ou fazer com que esses caminhões abasteçam dentro do Estado de Mato Grosso, porque nós não temos só essa notícia de que tem esse tanque adicional. O próprio SINDIPETRÓLEO trouxe uma notícia de que tem esse tanque adicional. O próprio SINDIPETRÓLEO trouxe uma notícia de que tem gente trocando madeira por óleo diesel, vem com um lastro no tanque. Não sei como faz isso na carroceria, vai lá para o Norte, compra a madeira pagando com óleo diesel e paga um preço menor lá no Sul.

A questão que o Valdir Severino coloca, por que é que em Porto Velho e no Acre tem um preço mais barato? Já foi respondido aqui. Urucum, no Amazonas tem uma refinaria da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

PETROBRÁS e esse produto chega nesses Estados por transporte hidroviário que é bem mais barato que transporte rodoviário. É lógico que ele chega mais barato.

Outra coisa, a questão do cartel da pauta, Deputado, não existe. Quem faz o cartel, eu já disse. Quem dita o preço é o dono do posto. Com todo respeito à colocação de Vossa Excelência, mas não é isso.

Eu vou responder ao Deputado Zé Carlos do Pátio algumas outras questões, mas eu vou só falar do que foi feito no Governo Blairo Maggi. Isso não é desculpa, é fato verdadeiro e também não estamos aqui para dizer que o Governo anterior errou na fixação de pauta. Nada disso. Não é crítica. Esse é um fato verdadeiro que acontece em Mato Grosso e acontece em outros Estados. Nós tínhamos e temos uma alíquota pré-fixada e muito bem discutida com a Assembléia Legislativa de outros tempos. Existe uma legislação federal que determina as regras básicas do ICMS, alíquota de 17% no óleo diesel já vinha há muito tempo, a alíquota de 25% na gasolina já vinha há muito tempo. E quando você pega um Estado que tem um consumo “x”, que você tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que você tem que cumprir aquilo que está no Orçamento, fazendo das tripas o coração para arrecadar para poder cumprir as metas que estão estabelecidas no PPA, e assim por diante. Você não tem como chegar no Governador e dizer assim: aqui nós vamos cortar ICMS, aqui nós vamos cortar, nós vamos cortar. Não dá, alguém vai ficar sem dinheiro e muitas daquelas ações que foram aprovadas dentro da LDO, pela Assembléia Legislativa, não serão cumpridas. E, conseqüentemente, você vai responsabilizar o administrador por improbidade, por não ter cumprido aquilo. É a mesma coisa de qualquer um de nós chegarmos em uma empresa, sabermos que tem um custo fixo de “y” e que não consegue diminuir a margem de lucro porque, se diminuir a margem de lucro, já entra no prejuízo e quebra a empresa. Portanto, tem que manter a margem de lucro. No Estado é a mesma coisa. Então, nós temos um Estado com uma demanda social muito grande. As nossas demandas, costumo dizer, andam numa velocidade de avião e a nossa arrecadação vem numa velocidade de tartaruga, não consegue acompanhar.

Se hoje houver uma catástrofe de uma enchente, vamos imaginar, nós não temos recursos para socorrer as pessoas, esses desabrigados. São coisas emergências que acontecem e que ninguém prevê. Você tem que ter, em algum lugar, esse dinheiro. Então, você tem que fazer contingenciamento no orçamento, essas coisas todas, para fazer frente a essas demandas.

Então, não é que o Governo tenha prazer em cobrar imposto. A coisa mais gostosa é dar redução de imposto. E eu vi o que foi... Não é só a questão da redução de imposto, e, principalmente no setor de transporte rodoviário de cargas. Não ainda no de passageiros. Nós sabíamos que havia uma evasão de aquisição de caminhões que estão no Mato Grosso, porém comprados fora do Estado. A Assembléia Legislativa teve uma percepção muito importante e aprovou a isenção do IPVA para o primeiro emplacamento. Foi o primeiro passo dado da renúncia de uma receita que o Estado e os municípios teriam sobre aquelas compras, sobre o emplacamento desses caminhões. Foi dada a isenção. Num segundo passo, foi reduzida a alíquota de 17% do diferencial de alíquota do ICMS, de 17% do diferencial para 12%, e oportunizado esse pagamento em até 10 vezes sem qualquer acréscimo de correção ou de juros.

Nós sabemos, Deputado, que houve uma evolução de compra de caminhões muito grande. E muitas empresas que estavam com seus caminhões baseados fora do Estado vieram para dentro do Estado e trouxeram esses caminhões para cá. Não pagam nas suas transferências, mas vão pagar no ano seguinte, e assim por diante.

Então, nós não tivemos aumento de carga tributária no Governo Blairo Maggi. Pelo contrário, tivemos redução de carga tributária no Governo Blairo Maggi.

E, dentro do ramo de transporte de cargas fracionadas, dentro do Estado de Mato Grosso, o que vinha sendo tributado passou a ser deferido. Aquelas transportadoras que fazem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

transporte de qualquer produto, de contribuinte para contribuinte, não pagam ICMS. Ele está deferido. Facilita. E nós temos notícias do SETROMAT, salvo engano, de que teve empresas que praticamente dobrou suas frotas, gerou mais empregos.

Então, Deputado, esses benefícios têm sim que ser dado porque geram empregos e distribuem rendas. E o modelo, tenho certeza absoluta, não está errado porque Mato Grosso saiu em uma reportagem e foi o primeiro colocado em geração de empregos, de janeiro do ano passado a fevereiro deste ano, com dezenove mil, cento e tantos empregos gerados no Estado. A melhor performance de geração de empregos no País. Então, não podemos dizer que estamos com a nossa política econômica errada. Se estivéssemos com a política econômica errada, e todo o resto do Brasil com uma geração de emprego melhor, teríamos que inverter a situação porque alguma coisa, então, na economia, nós não conseguimos entender.

Então, esses foram avanços que não foi o Governo Blairo Maggi quem os capitalizou, mas foi a sociedade mato-grossense, foi a Assembléia Legislativa quem capitalizou quando entendeu que se poderia dar isenção de IPVA, quando autorizou o Governo a reduzir a alíquota de ICMS de alguns produtos. Inclusive, essa questão do diferencial da alíquota foi uma lei que a Assembléia Legislativa aprovou. E essa é a parceria, esse é o resultado que o Poder Público coleciona, ou colaciona, e mais a sociedade. A sociedade ganha porque tem seus representantes aqui.

Então, nessas questões todas, temos o gargalo do ICMS do óleo diesel, que é o que mais pesa.

Agora, na questão dos combustíveis. Nós temos em Sorriso, em Cáceres, etc, uma margem de lucro de cinquenta e seis centavos por litro, quarenta e nove centavos, cinquenta e dois centavos, cinquenta e três centavos, setenta e dois centavos, e assim por diante, segundo o mapa que nos trazem aqui. Alguém está ganhando demais, a verdade é essa. Com todo respeito àquilo que o Waldir falou, de que não se consegue por um posto com trinta mil litros, por que essa atividade está proliferando tanto? É porque está dando lucro. Ninguém se dispõe a produzir ovo se não vende o ovo; ninguém vai produzir sapato se não vende sapato, se só se vende botina. Até rimou. Então, Waldir, é porque o ramo está dando. Alguma coisa está acontecendo de estranho no segmento.

Quando o Waldir coloca que em Santo Antônio vende combustível mais barato do que aqui, e, logisticamente, Santo Antônio não está diferente de Cuiabá. Eu estive em São Paulo, dias atrás, e tive o capricho de olhar o preço nas bombas e a gasolina está a R\$2,10. E a refinadora não está dentro da Capital, em São Paulo. Está em Paulínia, não sei quantos quilômetros. Mas, pelo preço de frete, não pode dar tudo isso aí.

A CIDE, Deputado Tut, são 0,50 centavos por litro que a União leva. E a União... Veja bem, nós temos - até foi uma pena que eu não preparei, mas posso preparar esse trabalho de distribuição da CIDE - 33% da malha viária, salvo engano, sem asfalto, e recebemos nove qualquer coisa por cento da CIDE, quando São Paulo tem a malha viária sem asfalto quase zero, recebe três vezes mais CIDE que Mato Grosso, que tem todas as suas rodovias pedagiadas.

Agora, o que é que faz isso? O que faz isso é o poderio político. Nós temos oito Deputados Federais. São Paulo tem setenta Deputados Federais para pressionar o Ministério. Então, infelizmente, nós somos pequenos diante da economia brasileira.

Paciência, nós temos que nos conformarmos com nossas deficiências. Não conseguimos colocar setenta Deputados, somente oito, é o resultado da proporcionalidade da população. Então, é o sistema político que está errado. Ou todos os Estados terão "x" Deputados ou a coisa fica como está. Tem essa paridade dentro do Senado, cada Estado tem os seus três Senadores, mas não é lá que se decidem as coisas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, tem umas questões políticas que a sociedade não fica sabendo porque nunca somos provocados para falar. Nós presumimos, porque ninguém consegue avaliar até onde a pessoa conhece ou desconhece o assunto. Se não for provocada para discutir, fica difícil. Então, nós temos uma deficiência muito grande.

A nossa logística, nós não temos culpa de estarmos no centro da América do Sul. Se quiséssemos ter condições melhores, teríamos que estar no Paraná, em Santa Catarina ou virar o mapa de ponta-cabeça, porque assim não dá.

Quando se fala que o frete é caro, claro, o centro consumidor, os portos estão mil e seiscentos, dois mil quilômetros daqui. Como é que vamos transportar... Vai ter que ser mais caro. Quem traz o seu óleo diesel, vai ter que ser mais caro do que quem está em São Paulo.

Agora, não é só a alíquota do ICMS que faz com que o nosso preço seja mais caro, não. São outros fatores. É a CIDE, o Deputado colocou. A carga tributária Federal é bem maior do que a carga tributária estadual dentro do contexto e do conjunto de preços. E todo mundo está julgando como se o Governo Estadual fosse o vilão da história, e não é.

Então, nós temos essas questões, que precisamos ter um pouco mais de paciência. E como resolver isso? Diminuindo a carga tributária. Será que resolve de vez? Eu acho que não é só isso. Nós temos demanda de rodovias, que o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou, ainda bem que o FETHAB está gerando ou está proporcionando a construção de rodovias. Existe isso daí, mas nós temos demandas sociais, e temos mais de seiscentas e oitenta mil pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza em Mato Grosso, quando temos uma população de dois milhões, setecentos e oitenta mil. Vinte e cinco por cento da nossa população vive abaixo da linha de miséria e da linha de pobreza, basicamente na miséria. Como é que se resolve isso, se não for arrecadando?

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero sua colaboração para começarmos a diminuir impostos a partir de hoje. Vossa Excelência vem insistindo, quase que dia após dia, para se fazer convênios para gastar dinheiro na UFMT lá em Rondonópolis.

Se nós tivermos que atender ao senhor, teremos que aumentar imposto, porque não temos dinheiro para satisfazer sua vontade de fazer sua política na UFMT em Rondonópolis. Então, há coisas em que temos que ter senso.

De onde sai o dinheiro para fazer isso ou aquilo? Sai da tributação.

É muito fácil, Deputado Zé Carlos do Pátio, dizer que o Governo tem que diminuir imposto. Eu também digo. Eu também sou consumidor.

Mas Vossa Excelência não tem que insistir em suas emendas, Deputado, respeitando todos os demais Deputados, porque na provocação do Deputado - não quero polemizar e nem generalizar -, só para fazermos um comparativo, Deputado, das conversas, tem horas que falamos demais, e Vossa Excelência agora falou demais.

Então, nessas questões, nós temos essas demandas. Não que a sua não seja uma demanda. É até uma demanda plausível, mas nós temos o Governo federal para fazer essas coisas e nós temos tentado ajudar também a UFMT, no ano passado e agora. O Governo vem fazendo o possível, porque não é a questão da unidade federal, mas a questão da população mato-grossense, que precisa disso e daquilo.

Agora, nós temos um bolso e esse bolso tem fundo, esse bolso tem limite.

Tem gente que pensa que vai chegar lá no Waldir Teis; ele vai abrindo a gaveta; vai tirando dinheiro; e o dinheiro não se acaba. Acaba!

Nós estamos enfrentando um problema sério agora, não só Mato Grosso - os senhores viram aí. A União diminuiu em R\$15 bilhões e 900 milhões do seu Orçamento para 2005, com receio do impacto econômico que vai trazer essa nossa crise e a questão do dólar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Há alguns dias - permita-me mais tempo, Deputado -, eu tive a oportunidade de participar de uma reunião com o Ministro Palocci e, enquanto a economia americana não se recuperar, porque ela está com um déficit muito alto, o dólar vai estar seguidamente desvalorizado perante todas as outras moedas. Enquanto o dólar não se fortalecer, a nossa economia vai estar também enfraquecida.

E o americano com guerra, pedindo mais dinheiro para a guerra, o endividamento interno aumenta. Vai ter que emitir mais e, conseqüentemente, o endividamento dele também acaba sendo maior.

Então, nós dependemos de uma economia mundial, que é o nosso preço de mercadoria. Toda a nossa base econômica é dolarizada: o gado é dolarizado; o algodão é dolarizado; a madeira é basicamente dolarizada; a soja é dolarizada; e assim por diante.

A nossa economia vive 60% em cima do agronegócio. Nós temos culpa de estar num Estado que tem essa vocação econômica? Não temos culpa. Mato Grosso é um Estado novo. Mato Grosso não é um Estado como o Rio Grande do Sul, que a vida inteira investiu em industrialização.

Existe sempre a história de que: “quem faz a picada não vê a estrada”. E é verdade. Quem faz a picada, não consegue vê a estrada.

A questão do reflexo - não é o assunto, mas eu vou abordar - do FETHAB no preço do combustível. O FETHAB não tem nenhum reflexo no preço do combustível, no preço do custo de vida da cesta básica de qualquer cidadão deste Estado.

Quem paga o FETHAB? Sai do óleo diesel.

Quem paga o FETHAB? A soja, que é um produto basicamente 90% de soja, farelo e grão, entre soja e farelo e óleo exportado. Economia dolarizada.

Quem paga o FETHAB? A madeira, o gado e o algodão. E dentro de Mato Grosso, gado, conseguimos carne. A carne nossa é isenta de ICMS. Então, existe uma redução. Esse produto teve colaboração de todo o Governo, incluindo aqui os Poderes, na redução de preço ou de alíquota zero de ICMS.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, não existe isso. O aumento do ICMS do Estado de Mato Grosso não é dessa gestão. São de gestões anteriores. Desde mil, novecentos e qualquer coisa, no mínimo, desde 1998. A partir de março de 1989 que entrou em vigor a nova Constituição.

Então, não podemos penalizar quem, naquela época, fixou essas alíquotas internas. O Estado demandava a aplicação dessa alíquota para fazer frente todas as suas demandas que tinham aí. Se tivesse cobrado 5%, 6%, 10%, será que teríamos, hoje, uma Assembléia Legislativa forte como temos, com toda a infra-estrutura? Nós teríamos um Judiciário com setenta e tantas, oitenta e tantas comarcas no Estado de Mato Grosso? Teríamos aumentado, não só o atual, mas todos os Governos, feito mais estradas? Será que teríamos tido mais escolas? Teríamos tido mais hospitais?

Então, essa foi a demanda, na época. As nossas demandas não diminuiriam. Pelo contrário, elas aumentaram. Agora, aumentaram por quê? Porque a nossa precariedade é em todos os sentidos. E a precariedade não advém desse ou daquele governante; vem da vocação, porque temos um Estado novo. Um Estado que - a maioria não sabe -, quando dividido em 1979, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ficou com toda a dívida pública a ser paga, quando se reduziu em 40%, 50% a receita do Estado. O Estado de Mato Grosso ficou com essa dívida. Hoje, temos 6 bilhões e 900 milhões de dívida com a União.

No ano passado o Estado de Mato Grosso pagou 589 milhões de reais de dívida com a União e recebeu de FPE 552 milhões de reais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Deputado, a nossa participação no bolo tributário da União é menor do que pagamos de dívida pública. Quando a União dá a isenção, a redução de carga tributária no IPI, no Imposto de Renda, nós gostamos. O Estado perde 47% e os municípios também perdem do seu FPE e do seu FPM, porque esse dinheiro quando dá qualquer benefício nesses dois tributos, ele tira dos Estados esse benefício.

Então, não é a União que está bancando, não! Isso é “sombra com o chapéu alheio”! A maioria não sabe disso. E, até está escrito num artigo que os nossos Parlamentares federais deviam ter se preocupado antigamente, há um tempo atrás em não permitir que a União criasse tantas contribuições sociais. E ela só avança na arrecadação. Os senhores não vêm a vontade da União em querer aumentar o IPI, em querer aumentar o Imposto de Renda. Ela procura manter esses dois impostos, mas ela aumenta COFINS, ela aumenta PIS, aumenta INSS, aumenta agora o desconto de Imposto de Renda na Fonte do produtor, aumenta FUNRURAL, e ninguém fala em diminuição. Ninguém fala em diminuição, com todo respeito à classe trabalhista, mas ninguém fala em diminuição! Por que 13º salário? O empresário não vende 13 meses no ano, ele trabalha 12 meses. Por que 1/3 de férias para o empregado? Por que 15 dias? Quando o empregado fica doente, a empresa é obrigada a pagar 15 dias, se ele estiver dentro dos 15 dias. E, só depois a Previdência passa a assumir o encargo, se o patrão, o empregador paga 100% da contribuição social. Se a Previdência é para assumir as questões ligadas à saúde, a partir do momento que o empregado ficou um dia doente, a Previdência tinha que assumir. Quem assume isso é o patrão. Então, está na hora de não só questionarmos a questão do ICMS. Vamos mexer na legislação trabalhista! Tem coisa que tem muita gordura!

Eu até acho, Deputado, que no FGTS é preciso dar uma estudada muito profunda. Ele nem deveria mais existir, porque acabaram com os BNHs. Talvez eu esteja falando aqui uma grande besteira, mas vejam bem, o que eram os BNHs? Eram bancos que regulavam ou aplicavam dinheiro em habitação. E o que se vê hoje em habitação? É o dinheiro do PIS/PASEP. Quem é que fala em FGTS? Será que o FGTS devido são 8% ou 8,5%, ou coisa assim? Então, nós temos umas gorduras que não estão apenas na questão do ICMS, estão nos outros tributos. Nós temos que estar mais atentos e cobrar.

Está aí agora, eu até vou trazer isso aqui de público - pediram-me segredo, mas eu não vou guardar segredo, porque com a União não dá para sentar e tratar, porque aquilo que trata sentado, a partir do momento que levanta não vale mais -, tem um projeto da União, Deputado, que ninguém está sabendo, para acabar com a exoneração do ICMS das exportações, para que os Estados voltem a tributar as exportações.

Coloquei isso no CONFAZ, na semana passada: “gente, nós vamos quebrar os Estados do Centro-Oeste”. Nós não temos ambiente político para isso, não temos ambiente econômico, porque a atividade não absorve o ICMS das exportações e não temos ambiente financeiro, porque ninguém tem capital de giro sobrando. E a União está aí com essa proposta andando por baixo dos panos. Daí a pouco isso entra às 07:00 horas no Congresso, quando for de madrugada já está aprovado o fim da exoneração do ICMS das exportações. Tem uma série de coisas que nós temos que prevenir.

Voltando à redução da carga tributária, janeiro e fevereiro, nós estamos com uma arrecadação abaixo do que está na LOA, Deputado, cinqüenta e quatro milhões que nós temos contabilizado para fevereiro, é um dinheiro muito alto. Até agora nós ainda não fechamos todos os números porque faltam alguns registros da contabilidade. Mas nós não vamos arrecadar em fevereiro o suficiente para satisfazer as necessidades da LOA. Em janeiro nós também não arrecadamos trinta milhões. Então, nós já estamos com uma defasagem de oitenta e tantos milhões. Como é que se resolve isso diminuindo o tributo? Pode ser agora quando você diminui de um lado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Além de você diminuir pessoas, o empresário, com todo respeito, aqueles bons empresários, não vamos generalizar, porque nós temos muita gente boa e nós temos muita gente bem intencionada, mas nós temos os ruins que procuram, além daquela diminuição, fazer mais falcatruas para não pagar imposto nenhum.

Eu já tive visita de empresário que eu já cheguei a pedir para ele: Escuta, quanto você quer por mês para tocar a sua empresa? Isso nos obriga, às vezes, a ser indelicado e ser grosseiro, porque a proposta é tão fora de senso crítico, e nós temos uma coisa que se chama limite do razoável. O que é limite do razoável? É aquilo que é bom para os dois e que se mantém o equilíbrio da água no copo. Se é para vazar só de um lado, não adianta, alguém vai perder, e perde, não é o Governo Blairo Maggi, não é gestão Blairo Maggi, não é esta legislatura da Assembléia Legislativa que foi ineficiente, perde a sociedade toda.

Então, nós temos essas questões que são cruciais. É desagradável, às vezes, ter que falar certas coisas - até quero falar para o Deputado Zé Carlos do Pátio isso -, mas é uma realidade. Então, para fixar bem, Deputado, nada contra aquilo que o senhor disse, pessoalmente, mas a crítica que faço é que o FETHAB não tem nenhuma interferência no preço do combustível, em qualquer item da cesta básica que qualquer um de nós consumimos. Não tem. É o gargalo da coisa a questão do aumento de ICMS.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, nesta legislatura o senhor participou disso. Parabéns! Diminuímos a carga tributária dentro desta legislatura. Parabéns à Assembléia Legislativa! A ineficiência que o senhor colocou dias atrás, eu confesso que eu não fiz - peço desculpas aqui - por maldade dizer que a Assembléia Legislativa foi ineficiente. O que eu coloquei foi que naquela ocasião do FPM... O senhor lembra bem que o assunto depois de março de 2003 até outubro ficou parado. Foi o senhor que retomou depois a discussão toda, mas eu cutucava a AMM para mexer com a proposta de lei. Vocês têm que mexer, porque vocês conhecem todos os problemas dos municípios. Então, nesse ponto houve uma paralisação, eu me expressei mal no meu artigo. Sobre isso eu peço desculpas. Não tenho receio, nenhum constrangimento em fazer isso, porque quando se erra, temos que reconhecer o erro.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Só para concluir, voltando ao assunto que é o que mais interessa aqui, que é a proposta do Deputado Humberto Bosaipo. Eu acho que nós temos que amadurecer essa proposta para o Deputado colher a analisar aquilo que o Sr. Valdir colocou, aquilo que nós falamos e talvez achar mais algum artifício que não basta ficar nisso aí. Eu acho que tem coisa que tem que se aplicar até uma multa ao empresário que passar a comercializar produto adulterado. E tem uma coisa, quando Vossa Excelência falou em empresários ruins. Dias atrás a Polícia Rodoviária Federal pegou duas cargas, não duas cargas de álcool, pegou duas cargas de água com nota de álcool. Então, tem empresário recebendo esse produto! Esse motorista não despejou isso na beira da estrada, despejou no tanque de algum posto. Agora, o Estado não tem para cada posto um fiscal e nem a ANP tem para cada posto um fiscal para ficar fazendo essa verificação. Agora, com aquilo que está aí, um convênio que foi firmado com a UFMT, nós temos condições de fazer boas ações e nós nos prepararmos, dentro da Secretaria de Fazenda, em conjunto com a Delegacia Fazendária, com a FEMA, com o Corpo de Bombeiros e mais a ANP para fazermos operações mais constantes dentro dos segmentos de combustíveis.

Deputado, muito obrigado pela oportunidade e agradeço a atenção dos senhores.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para uma questão de encaminhamento, Sr. Secretário. Primeiro, eu quero fazer uma pergunta. É lógico que é papel do poder público fazer a infra-estrutura básica que a sociedade precisa. Quando eu pleiteio realmente a ampliação de uma universidade, é interesse público. Hoje nós temos vinte escolas agrícolas em Mato Grosso fechadas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O Estado que é o maior produtor de soja e de algodão, maior rebanho bovino, tem vinte escolas agrícolas fechadas.

Sr. Secretário, a pergunta que eu faço, o que nós estamos questionando é o seguinte: primeiro, será que se reduzir os impostos não aumenta o consumo? Ou nós não temos perdas? Talvez nós podemos reduzir os impostos, podemos ter mais abastecimento em Mato Grosso, nós podemos ter mais consumo em Mato Grosso e, com isso... É esse estudo que eu acho que é interessante ser analisado.

A segunda pergunta que eu quero colocar a Vossa Excelência é a seguinte: eu fiz um requerimento pedindo a respeito dos incentivos fiscais. No Estado de São Paulo, tem um Conselho que define os incentivos fiscais. Até hoje não veio a relação das empresas que têm incentivo fiscal em Mato Grosso. Eu não tenho os números, Secretário, mas eu pergunto o seguinte: será que algumas empresas que nós estamos dando incentivo fiscal será que está valendo a pena dar incentivo fiscal para elas? Quais são essas empresas? Qual o benefício que o Estado está tendo?

De uma certa forma, Secretário, eu acho que deveria criar um Conselho para definir esses incentivos fiscais. Eu acho que isso daí só iria engrandecer o debate com a sociedade. E queria deixar essa reflexão. Eu tinha até feito esse Requerimento, mas não recebi a resposta. A audiência pública para definir essa questão dos incentivos...

Mas eu quero aqui colocar uma questão muito clara, e Vossa Excelência reconhece isso. Os impostos nossos são os mais caros do país. Isso é uma coisa que é uma questão que a gente tem que ter essa consciência.

Outra coisa, eu vou dar um exemplo aqui, os incentivos de Mato Grosso, é interessante a gente saber para debater, e uma coisa que me deixa meio assim e que eu quero colocar é o seguinte: essa Lei Kandir, a desoneração da soja para exportação, eu sei que nós não estamos tendo a reciprocidade disso. Eu acho que isso daí é um debate que nós devemos estar chamando a nossa Bancada Federal para exigir aquilo que é de direito do Estado de Mato Grosso.

Agora, quanto ao Deputado Zé Carlos do Pátio pleitear de forma ética e séria, como Vossa Excelência sabe, a ampliação da universidade, melhoria da educação, melhoria da saúde, isso é natural. E o Estado, realmente não tem Estado que aumentou arrecadação tanto quanto Mato Grosso. Mato Grosso aumenta arrecadação 20% ao ano. Então, eu quero deixar isso claro. Talvez nós podemos estar reduzindo impostos para aumentar o consumo e aumentar a arrecadação.

O SR. PRESIENTE (SILVAL BARBOSA) - Antes de Vossa Excelência responder, o Deputado Pedro Satélite quer fazer uma intervenção.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Deputado Humberto Bosaipo, demais companheiros da Mesa, senhoras e senhores, absteve-me de falar até este momento, mas, primeiramente, quero parabenizar Vossa Excelência. Na Assembléia, as audiências públicas têm que mudar um pouco. Temos que deixar as pessoas que vêm nos assistir falar mais. Por isso é que eu procurei nem usar a palavra.

Mas falando sobre essa questão, eu gostaria de pedir a alguém que pudesse responder... Participei da CPI do Combustível na gestão passada e nós tivemos muitos conhecimentos que nós não sabíamos e aprendemos muito. E hoje estou ouvindo aqui, porque nós precisamos ouvir bastante Deputado Humberto Bosaipo para depois tomarmos decisões, quem vai votar seremos nós.

Eu gostaria de fazer apenas uma pergunta, como contribuinte, a um proprietário de posto, se puder me responder.

Há poucos dias atrás, viajando para Guarantã do Norte, abasteci em um posto e, se não me engano, na bomba "x" tinha o valor por litro e o total deu R\$100,00. Eu fui pagar com R\$100,00 e me devolveram R\$8,00. Disseram que tinha desconto, que na bomba tinha um preço.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Alguém poderia me responder como é que eles fazem? Por que na bomba tem um preço e eles cobram outro preço? Se alguém puder me responder, até para enriquecer este debate e para podermos, ao longo do projeto, ter essas considerações. Se essa é uma prática legal ou não. Se alguém puder me responder, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu quero dizer ao Deputado Pedro Satélite que abrimos a palavra aos participantes. Todos se inscreveram. É uma pena que neste debate com o Secretário de Fazenda não possamos ir mais além, porque daqui a pouco teremos que receber os Embaixadores dos Países que estão aí em um Seminário Internacional.

Mas eu quero dizer, Sr. Secretário, que a disponibilidade de Vossa Excelência vir à Assembléia Legislativa discorrer sobre um assunto, mesmo que fuja um pouco do tema da audiência pública, mas que enriquece esse tema, é de fundamental importância.

E gostaria de dizer que só de sugestões ao Projeto, já assinali três modificações que poderão ser feitas. É por isso que, qualquer projeto que formos votar aqui, é importante que as partes interessadas venham discutir, saber o que os Deputados estão votando. Muitas vezes, nós não sabemos. Votamos, às vezes, por intuição de uma assessoria ou por dados que não temos.

Nós vamos agora discutir, em Audiência Pública, o Estatuto da Polícia Militar, que é um projeto que está aqui na Casa; vamos discutir a ampliação de uma reserva ambiental em Apiacás. Já consultamos as autoridades e viabiliza o Município de Apiacás. De forma que a nossa idéia é trazer para o debate das categorias interessadas esses assuntos. Agora, é importante que os Secretários, como fez o Secretário de Fazenda, venham a esta Casa dar essas explicações. E isso vai treinando os Secretários para críticas, também. Quando o Secretário Waldir Teis começou na Secretaria, não agüentava a metade dessas cutucadas. Hoje ele já absorveu. Quer dizer, é um processo democrático. O Parlamento é a arte de falar, de *parlar*, de falar.

Então, Secretário, é muito importante a sua presença porque dirimi dúvidas. O Secretário de Fazenda tem a oportunidade de estar em contato com os empresários, que é uma coisa muito difícil, porque ninguém tem tempo de conversar com ele, o Secretário de Fazenda também é muito ocupado.

Então, um debate desse, Secretário, propicia idéias geniais como ouvimos aqui hoje, para aprimorar um projeto de lei.

As questões políticas, cada Governo leva do seu modo. Aqui, na Assembléia Legislativa, tem projetos do Governo que nós aprovamos, como tem projetos que não aprovamos porque entendemos que prejudica uma categoria, prejudica um segmento. Então, quando entendemos assim, damos voto contrário. Agora, este debate é muito rico porque dá oportunidade de todas as partes falarem.

Então, eu gostaria de conceder a palavra para todo mundo, mas vou ter que passar a palavra ao Secretário para que o mesmo possa encerrá-la em dois minutos, porque nós, os Deputados, temos um compromisso às 17:00 horas, com a Presidência, de recebermos autoridades internacionais.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Bem rapidinho.

Deputado Zé Carlos do Pátio, a questão dos incentivos, vem uma relação, mas veja bem: O que nós tínhamos até então no Estado de Mato Grosso? A concessão de incentivo e a medição desses benefícios que ficavam por conta da Secretaria de Indústria e Comércio. Sabidamente, o Tribunal de Contas editou a Resolução nº 01, salvo engano, de 2004, exigindo do Poder Executivo a prestação de contas de todos os incentivos, com seus efeitos sociais. Isso está sendo implantado, já conversamos com o Tribunal de Contas o modelo disso. Nós vamos fazer o possível para atender, já validamos junto com o Conselheiro Valter Albano o modelo inicialmente proposto, porque o Tribunal de Contas não tem um modelo já pré-determinado de como seria.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, nós temos que apresentar isso aí. E apresentamos. Vai ser apresentado agora em 2005. Aquela sua provocação valeu a pena, já estamos trabalhando em cima disso. E acho que é aí de onde vem a colaboração dos Poderes, é melhorarmos, digamos, as nossas transparências. Nós precisamos fazer isso.

A questão da redução da carga tributária: nós já estivemos quebrando a cabeça não uma vez, mas muitas vezes, já pensamos em fazer por trimestre. Num determinado trimestre, vamos reduzir para ver o que acontece. Só que daí é o seguinte: Se você não realizou aquilo que estava previsto na LOA, você corre risco de o Ministério Público entrar com uma ação de improbidade administrativa porque você reduziu imposto e abriu mão da receita, prejudicando as ações do Estado. Então, você fica numa camisa-de-força. Nós temos vontade de reduzir essa questão do ICMS do frete. Nós sentamos, muitas vezes, com o Governador para achar uma alternativa. Aí você vê, se reduzir R\$10 milhões num trimestre, o Ministério Público poderá vir com uma ação de improbidade porque prejudicou o PPA e aquela coisa toda do orçamento. Então, nós ficamos numa angústia por não conseguimos achar uma solução plausível. Se tivéssemos a certeza do incremento, faríamos.

E acho que nós vamos ter que correr o risco, quem sabe, achar uma forma de dividirmos com o próprio Ministério Público essa responsabilidade, se acontecer um revés de diminuição de arrecadação.

Talvez...

O Sr. Zé Carlos do Pátio (FORA DO MICROFONE) - Ou com a própria Assembléia Legislativa, também.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Pois é.

Se a Assembléia Legislativa nos ajudar e chegarmos num acordo para fazer um teste, nós temos a máxima vontade de fazer isso.

E a questão, Deputado Humberto Bosaipo, de conversas com segmentos, desde o início do Governo Blairo Maggi nós sempre procuramos conversar com os segmentos econômicos, sindicatos, entidades, enfim, sempre tiveram espaço para isso, muita coisa melhorou porque a sociedade participou.

Dentro do ramo de petróleo melhorou muita coisa. Tenho certeza disso...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu não falei da melhora do Governo, não. Eu falei da melhora de Vossa Excelência no debate.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - E uma coisa, Deputado, que pode ser proposta aqui é nós, da Secretaria de Fazenda, trazermos para cá numa audiência dessa, uma apresentação de como se comporta a receita tributária entre União, Estado e municípios, em que a União avançou nos últimos anos dentro do bolo tributário para esclarecer à população fatos que 99% da população não sabem.

Se Vossa Excelência achar interessante essa possibilidade, estamos à disposição, para o dia que for marcado, virmos aqui. Vossa Excelência convoca e, com o máximo prazer, viremos aqui e colocaremos a prestação de contas. Aquilo que estiver dentro da esfera da Secretaria de Fazenda, as questões tributárias e as questões financeiras, nós estaremos dispostos a cumprir com o nosso dever, que é mostrar para a nossa sociedade como a coisa pública acontece.

Deputado, fico muito grato pela oportunidade e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de encerrar, concederei a palavra ao Vereador Helny de Paula.

O SR. HELNY DE PAULA - Deputado, eu quero fazer um encaminhamento aqui, apenas para esclarecer, aproveitando a colocação do nosso Secretário Waldir Teis, quando ele

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

sugeriu, com bastante sabedoria, que os postos que realmente tiverem vendendo produtos contaminados, que fossem cancelados. Nós aplaudimos isso, mas quero ir além, Secretário.

Esse produto, como foi indagado pelo nosso Deputado Humberto Bosaipo, se o posto possui mecanismos de detectar se esse produto chega contaminado, o posto, realmente - já foi colocado pelo Waldir -, não tem. O que se faz ali é teste de percentual, é equivalência de álcool/produto, ou álcool com seu peso específico e o diesel também com seu peso específico. É o máximo que temos no posto para realizar um teste.

Mas conforme a lei, através da ANP, você tem, ao receber esse produto no posto, duas vasilhas de amostras. Uma você encaminha e a outra você guarda. Assim que a ANP vem para fiscalizar - e ali tem o número da nota fiscal; etc; a data; a companhia, que é o mais importante; e a distribuidora, que vendeu aquele produto para o devido posto -, nesse ato, se pegar o posto com esse produto contaminado... Ele teme tudo isso, porque se aquele produto estiver contaminado, vai estar na amostra. Então, penalizar teria que ser a distribuidora que está fazendo aquilo, e não só o posto.

Agora se o posto não tiver com todos esses dados que são exigidos por lei federal, então, aí sim, cancela-se a inscrição do posto. Queria só fazer essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Cavalcanti Batista.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - Muito obrigado pela concessão deste tempo.

Para dizer o seguinte: com base com no que se está sendo colocado, esse projeto de lei trata de penalizar também.

O SINDIPETROLEO se associa a esse projeto para que, realmente, isso aconteça, mas também solicita que seja levado em consideração no projeto de lei o devido processo legal, respeitando esse direito constitucional e para as pessoas também terem administrativamente o devido processo legal para que não seja atropelado.

E atento sempre aos esclarecimentos, ensinamentos do nosso Secretário Waldir Teis, tão pertinentes, hoje, os preços praticados - em torno de R\$2,65, R\$2,67 - estão em média cinco centavos abaixo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Quero agradecer ao Sr. Roberto Cavalcanti, ao Vereador Valtenir, ao Vereador Helny de Paula, ao Deputado Pedro Satélite, ao nosso amigo Waldir Teis, ao nosso professor Deputado Amador Tut, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Deputado Nataniel de Jesus e aos representantes de categoria.

O projeto está em aberto e qualquer pessoa pode sugerir emendas, modificações a qualquer Deputado da Casa. Não precisa ser só a mim, autor do projeto.

Nós, Deputados, estamos abertos ao setor - e o Secretário deixou isso aqui bem claro - para futuros debates. Estamos já preparando um debate sobre o ICMS no Estado de Mato Grosso, Secretário, oportunidade que teremos de ouvir mais uma aula sua aqui sobre o assunto.

Todos esses assuntos são transmitidos pela TV Assembléia Legislativa, TV a cabo, que hoje atinge uma faixa de vinte mil pessoas, Cuiabá e Várzea Grande. A partir da inauguração da nova sede nós já estaremos no satélite para Cuiabá e Várzea Grande. Inicialmente, nós vamos atender 100% da população de Cuiabá e Várzea Grande com a nossa TV Canal 36, que é uma conquista nossa, uma conquista dos Deputados. E até o final do ano nós deveremos atingir todo o Estado de Mato Grosso. Uma audiência como esta, a pessoa que estiver lá em Apicás vai poder ver, a pessoa que estiver em Vila Rica, a pessoa que estiver em Porto Esperidião e assim sucessivamente. É uma conquista do Poder Legislativo.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 452/04,
REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Muito obrigado.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.